

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Instituto de Ciência Política

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

# **Lulismo e a falácia do realinhamento eleitoral no Brasil**

por

**Tiago Bomfim de Oliveira**

**Matrícula: 10/0125603**

Monografia de Conclusão de Curso para obtenção  
do título de Bacharel em Ciência Política

**Orientador: Antônio José Escobar Brussi**

**Brasília – DF**

**2013**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO**

# **Lulismo e a falácia do realinhamento eleitoral no Brasil**

por

**Tiago Bomfim de Oliveira**

**Matrícula: 10/0125603**

Orientador

**Prof. Dr. Antônio José Escobar Brussi**

**Brasília – DF**

**2013**

## **Resumo**

Esta monografia busca discutir sobre o vigor teórico da linha de estudo do realinhamento eleitoral e sua possível utilização como instrumento de análise da realidade política brasileira. Até nos Estados Unidos, país com uma longa história de ambiência democrática, a teoria do realinhamento tem sido criticada como um instrumento analítico preciso. No Brasil, nossa história política e institucional torna a utilização dessa teoria ainda mais complicada.

## **Abstract**

This monograph intends to discuss the theoretical strength of the electoral realignment perspective and its suitability to analyze the Brazilian political reality. Even in the U.S., a country with a long history of democratic environment, the realignment theory has been criticized as an accurate analytical tool. In Brazil, our political and institutional history make the utilization of that theory much more complicated.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Antônio J. E. Brussi, pela paciência e compromisso que foram além do dever profissional e muitas vezes da própria prudência. Sua ajuda foi fundamental na sistematização deste trabalho e na delimitação do tema. Agradeço também à minha família e à minha namorada, Anne S. Evers, pelo apoio e carinho em todos os momentos e em especial nas pequenas surpresas que a vida me reservou no passado recente. Agradeço ainda a todos os professores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília pelos fabulosos anos de bacharelado.

## Índice

**1.1- Introdução.**

**1.2- Contextualização do Problema.**

**2- Explicações Metodológicas:**

**2.1- O conceito de realinhamento eleitoral.**

**2.2- A crítica ao realinhamento eleitoral e o realinhamento na contemporaneidade.**

**3- Conclusão.**

## 1.1 Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar um tema que recentemente emergiu com intensidade no debate político em nosso país, seja na grande imprensa ou na academia: a polarização do voto nas eleições presidenciais desde 2006, a partir do surgimento do "lulismo", e suas conexões com a emergência da chamada "nova classe média" e com os programas sociais do governo federal. Essa mudança de direção do voto popular recebeu a denominação de realinhamento eleitoral, termo emprestado de interpretações apresentadas por cientistas políticos norte-americanos à mudanças entendidas por esses estudiosos como redirecionamentos fundamentais e duradouros nas preferências políticas do eleitorado. Assim, estaria ocorrendo no Brasil um realinhamento eleitoral com implicações políticas e sociais no longo prazo, entendendo realinhamento eleitoral como uma mudança duradoura e significativa repolarização das preferências partidárias? Estas são as questões que tentaremos responder neste trabalho.

A feitura desta pesquisa, todavia, apresenta desafios importantes, como o de analisar um fenômeno ainda em curso e com consequências de longo prazo em um país com uma democracia de poucas décadas. Salientamos que este estudo não pretende produzir respostas definitivas para essas perguntas, mas apenas propor mais uma interpretação para o fenômeno social estudado. Qualquer tese proposta pelo trabalho, por abordar uma temática ainda em "movimento", é apenas uma janela emoldurada pelas impressões captadas no presente momento. Acreditamos ser possível tratar o tema de forma adequada, por meio de uma reinterpretação dos estudos recentes e de novos dados empíricos.

Interessa-nos desenvolver a análise crítica de uma proposta que tem sido amplamente ventilada nas universidades e nos meios de comunicação no que tange a ascensão e consolidação do controle do Executivo Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) neste início de milênio. As eleições presidenciais, a partir do segundo pleito de Lula, foram marcadas por uma polarização entre Sudeste e Nordeste e entre "ricos" e "pobres". Houve uma separação geográfica e social de dois "Brasis", no qual o lado despossuído constituiu o principal sustentáculo do governo petista. Tal polarização, como alguns analistas chegaram a propor no calor da disputa eleitoral,

poderia resultar na transformação do PT em uma espécie de PRI (Partido Revolucionário Institucional) brasileiro.<sup>1</sup> A mudança na composição das forças eleitorais foi, em grande medida, naquele momento, vista de uma forma negativa por um amplo espectro da mídia e dos "formadores de opinião". Seria um sinal da degeneração do Partido dos Trabalhadores, o fim do "PT ético".

Elementos originários do próprio partido dos trabalhadores permitem supor ter havido um realinhamento eleitoral no decorrer do governo Lula que, todavia, não é visto com este mesmo prisma negativo. André Singer seria o mais significativo exemplo desse olhar mais tolerante para com as mudanças havidas. Ocorreu que após uma:

Típica eleição de alternância, forma-se uma nova maioria. Em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar (Singer, 2012:14).

Em outras palavras, as políticas do primeiro mandato de Lula consolidaram a mudança da base social do PT e resultaram em uma nova polarização da disputa política no Brasil entre "ricos" e "pobres" que terá implicações por vários anos. Esta tese é defendida por diversos autores<sup>2</sup> e é proposta por André Singer em seu livro *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Tomaremos este livro como referência base do trabalho a ser desenvolvido. Portanto, a tese principal do livro é que a partir de 2006:

Ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto socialmente quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o

---

<sup>1</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1009201027.htm>

<sup>2</sup> Autores como Fábio Wanderley Reis, Rudá Ricci, Juarez Guimarães e Luiz Werneck Vianna, de uma forma ou de outra, propõem interpretações semelhantes.



antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT (Siger, 2012: 15-16).

As políticas do governo petista conquistaram o apoio da parcela mais pobre da população, tradicionalmente alinhada aos partidos de direita, enquanto o escândalo do "mensalão" de 2005 afastou a classe média do PT. Aí está o movimento chave que resultou no realinhamento defendido por André Singer.

Parece ter havido, de fato, uma polarização nas duas últimas eleições presidenciais. O objetivo deste estudo, porém, não é reproduzir as interpretações e conclusões apresentadas por André Singer, mas sim analisar algumas de suas proposições e tratar do significado da emergência de 29 milhões de brasileiros à "classe C" e ao mundo do consumo entre 2003 e 2009 (Neri, 2010:12) do ponto de vista eleitoral. Primeiro, segundo a trajetória política brasileira, é possível se adotar o conceito de realinhamento, ou seja, "mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo"(Singer, 2012:13), em moldes semelhantes àqueles adotados pela ciência política estadunidense ao tratar, por exemplo, as transformações ocorridas no governo Roosevelt?

Como ponto de partida de resposta a essa questão, estamos interessados em desenvolver uma análise crítica de uma concepção teórica que tem sido muito comentada no mundo acadêmico estadunidense- o realinhamento eleitoral-, e de sua aplicação no que tange o atual momento político brasileiro, como propõe Singer. Tal concepção costuma ser defendida por vários autores e pode ser exemplificada pelo livro *Dynamics of the Party System*, de James L. Sundquist. Neste livro, utilizando o conceito de eleições críticas de Valdimer Orlando Key, Jr(Key, 1955:3-18 Trad. T.O.) que, de forma sucinta, é uma modalidade de eleição na qual há uma grave e durável modificação no padrão de votação, Sundquist foca seu estudo nos três grandes realinhamentos eleitorais do passado (1850s, 1890s, 1930s) e em suas implicações na transformação do sistema eleitoral bipartidário dos Estados Unidos. Contudo, Sundquist lembra que o realinhamento não é uma mera mudança temporária na preferência eleitoral, mas sim uma alteração nas demandas e nas políticas que orientam a preferência eleitoral.

Contrariando tal perspectiva, o objetivo deste trabalho é exatamente o de questionar esta tese com base no estudo do caso norte-americano e conseqüentemente sua aplicação ao caso brasileiro. Para empreendermos essa tarefa, faremos adiante uma breve explanação acerca do debate sobre a relevância metodológica e empírica do conceito para a compreensão da própria trajetória política norte-americana. Utilizaremos o livro *Electoral realignments*, de David R. Mayhew como principal contraponto à obra anteriormente citada. Além disso, procuraremos apontar que mesmo que aceitássemos como verdadeiras as conclusões de Sundquist (1983), as condições políticas específicas do Brasil tornam abstrusa a utilização do conceito de realinhamento eleitoral localmente. Dessa forma, exploraremos as diferenças entre os sistemas políticos do Brasil e dos Estados Unidos, um se caracterizando por ter eleições presidenciais indiretas (colégio eleitoral), bipartidarismo e uma democracia estável e ininterrupta por mais de 200 anos. O outro, todavia, se caracterizando por ter eleições presidenciais diretas, um sistema pluripartidário amplo e uma jovem democracia de apenas 25 anos com eleições em dois turnos desde a constituição de 1988. Assim sendo, acreditamos que seria necessário transmutar o conceito de realinhamento eleitoral, ou seja, modificar seu significado, para que sua aplicação seja viável no Brasil. Ademais, exibiremos uma breve explicação do por que Singer enxerga a emergência do "lulismo" como resultado de um realinhamento eleitoral. Aceitaremos como válidos os dados eleitorais presentes em sua obra e que indicam uma polarização política regional nas últimas duas eleições presidenciais e aqueles outros referentes às eleições presidenciais diretas anteriores da Nova República (1989 - 2010). Lembrando que também procuraremos expor outras visões acerca do "lulismo", no seu caráter eleitoral, que muitas vezes vão de encontro à formulação feita na obra base. Buscaremos, portanto, promover uma análise puramente qualitativa do conceito de realinhamento eleitoral e de suas características histórico-relevantes nos Estados Unidos e no Brasil.

## 1.2 Contextualização do Problema

Como justificativa, vamos explicitar o nosso quadro de referência, bem como os motivos que nos levaram a estudar a ocorrência de um possível realinhamento eleitoral na eleição de 2006 que referendou a manutenção do Partido dos Trabalhadores na condução do Executivo Federal. Tal interesse surgiu em função do próprio momento histórico em que vivia o país- as transformações sociais e políticas do novo milênio- de nossa curiosidade em relação à grande visibilidade do tema na imprensa nacional e do caráter polarizador que costuma permear o assunto no presente momento. Três livros foram essenciais para o planejamento deste trabalho: as obras de Andre Singer (2012), James L. Sundquist (1983) e David R. Mayhew (2002).

O primeiro discute o caráter contraditório do lulismo que é õconservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimentoõ(Singer, 2012:9). Entre a õacumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissãoõ de Francisco Oliveira (Oliveira, 2003:150 apud Singer, 2012:11) e o início de uma fase de desenvolvimento com distribuição de renda de Conceição Tavares (2010), Singer propõe uma visão intermediária, todavia mais próxima da visão otimista de Tavares. Há, para o autor, uma agenda reformista presente no governo Lula, mesmo que este reformismo seja lento e desmobilizador. Para o autor, a popularidade de Lula, principalmente no final de seu segundo mandato, não pode ser explicada somente como resultado dos investimentos em programas sociais, nem mesmo pela identificação umbilical entre as massas e a sua figura. O apoio é sinal do reordenamento das forças sociais que caracterizam o lulismo. Entra o subproletário e saí a classe média tradicional da sua base de apoio. Essa mudança identificada a partir da eleição de 2006, que é vista por Singer como um verdadeiro realinhamento eleitoral, terá efeitos na condução do jogo político pelas próximas décadas. Está aí a mais importante proposta desta obra para o trabalho aqui pretendido. Ainda, o autor trata da própria mudança ideológica ocorrida dentro do PT e do abandono de um projeto de reformismo acelerado por um outro significativamente mais moderado e amigável ao capital. Há a vitória do espírito de Anhembi nas fileiras do partido<sup>3</sup>. Parece- nos,

---

<sup>3</sup> "A alma de Anhembi, expresso no programa 'Lula 2002', compromete-se com a estabilidade e atira as propostas de mudança radical ao esquecimento... a alma do Anhembi toma como sua as 'conquistas' do

entretanto, que apesar de ser central a tese proposta pelo autor, não há uma devida atenção aos quesitos metodológicos do uso do conceito em sua obra. Singer chega inclusive a afirmar que interessa a ele apenas a ideia de que certas conversões de bloco de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar (Singer, 2012:13-14 Trad. T.O.). Mesmo sendo essa uma importante característica do realinhamento eleitoral, o conceito, no entanto, é mais amplo.

Em razão desse vácuo metodológico, torna-se necessária para uma efetiva discussão da temática do realinhamento eleitoral, o contraste com o trabalho do James L. Sundquist. Nesta peça, Sundquist empreende uma extensa discussão sobre o conceito de realinhamento eleitoral, argumento construído que procura interpretar as mudanças políticas ocorridas no sistema bipartidário americano. O livro apresenta diversas contribuições, iniciando com a obra inaugural de Valdimer Orlando Keys Junior (Key, 1955:4 Trad. T.O.) até autores mais recentes. Questões teóricas como a magnitude, o escopo geográfico, ritmo da mudança, os antecedentes e as consequências do realinhamento são esmiuçadas pelo autor. Destaca-se que:

Um eleitor que vota contra o partido que normalmente apoia não está realinhando suas preferências a menos que ele faça uma mudança duradoura a respeito do seu apreço e lealdade partidária. Caso a mudança seja temporária, ele está apenas se desviando da prática comum (Sundquist, 1983:4 Trad. T.O.).

Central para nosso trabalho é a diferenciação entre realinhamento e desvio. Afinal, nosso principal objetivo é testar, a partir de proposições metodológicas e empíricas, a tese do realinhamento eleitoral ocorrido no governo Lula. Além disso, avulta-se que:

É somente quando a norma política propriamente dita muda que o realinhamento acontece. O conceito se aplica, então, não ao comportamento eleitoral em si, mas para o que define o comportamento eleitoral... Já que o realinhamento é definido como uma mudança duradoura, não é possível ter certeza que o sistema eleitoral está se realinhando até que o processo esteja bem avançado - somente após passado bastante tempo é admissível apreciar se houve

---

período neoliberal: 'a estabilidade e o controle da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos brasileiros', afirma"(Singer, 2012: 97).

significativas mudanças nos apoios partidários para que seja observado se ocorreu, ou não ocorreu, mudanças que sobreviveram além das influências de curto prazo que poderiam estar em jogo (Sundquist, 1983:5-6 Trad. T.O.).

Independente de se mostrar *avant la lettre*, como a afirmação de Sundquist nos mostra, procuraremos testar empírica e metodologicamente o realinhamento eleitoral proposto por Singer. Outro ponto que é tratado por Sundquist são os realinhamentos em si, sobressaindo-se no conjunto os três grandes: o realinhamento dos 1850s, 1890s e 1930s.

O livro de David R. Mayhew, por sua vez, é importante para nosso trabalho por colocar a questão do viés metodológico como um problema. Ele trata da relevância e da própria veracidade histórica e empírica do conceito de realinhamento eleitoral. O próprio autor questiona:

Quão boa é a corrente teórica do realinhamento como guia para os últimos dois séculos de história eleitoral, partidária e política americana? Minha resposta: não é nem um pouco boa ó nem na sua versão clássica ou desde então. Pior ainda, acredito que a corrente teórica evoluiu de uma fonte de ideias vibrantes para um impedimento para o entendimento (Mayhew, 2002:5 Trad. T.O.).

O autor faz um breve apanhado dos principais autores dessa corrente teórica e a partir das formulações desses pensadores procura identificar quinze afirmações categóricas da corrente teórica do realinhamento eleitoral. Segundo Mayhew, todas essas afirmações são verificáveis empiricamente. O livro em si consiste na exposição das quinze afirmações e suas respectivas refutações. Mayhew conclui de forma ácida e categórica que:

Resumindo, até a versão reduzida... da corrente teórica do realinhamento adiciona pouco ou nada, mas tem custos de oportunidade bem definidos. Outras linhas de investigação podem se mostrar mais promissoras. Ainda há outro problema. Poderia a corrente teórica do realinhamento ser realmente reduzida? Poderia as ideias sobre ciclos, periodicidade, sistemas partidários e o sistema de 1896 ó todos os ingredientes do que eu chamei de versão completa da teoria do realinhamento ó serem realmente retiradas do consciente coletivo para que a metáfora do realinhamento continue a existir? Isso é duvidoso. Só isso já provê um bom argumento para o total abandono

da terminologia. A ambiciosa corrente teórica do realinhamento teve seus dias frutíferos, mas é muito escorregadia, binária, apocalíptica, e já se tornou um estorvo muito grande (Mayhew, 2002:165 Trad. T.O.).

Apesar de algumas das afirmações de Mayhew nos parecerem razoáveis, como explicitaremos de forma detalhada posteriormente, aceitá-las em sua integralidade significaria rejeitar a possibilidade de um realinhamento no Brasil antes mesmo de tentarmos verificar sua ocorrência. Dada tal situação, utilizaremos dois artigos de John C. Berg<sup>4</sup>. Destacamos aqui "The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now?" que aceita algumas das críticas de Mayhew, porém questiona outras. Entretanto, a principal contribuição desses artigos é propor uma reformulação nos métodos de aplicação da corrente teórica do realinhamento. Utilizaremos também o artigo de Lúcio Rennó e Andrea Cabello<sup>5</sup>. A importância destes autores para nosso trabalho é muito mais sutil. Esses autores percebem as eleições presidenciais de 2002 e 2006 de uma forma diversa daquela de Singer. Utilizando dados empíricos eles chamam a atenção para o caráter "não alinhado, ou independente, no sentido atribuído ao conceito pelos estudos de comportamento eleitoral nos Estados Unidos" (Rennó, Cabello, 2010:40) do eleitor lulista. Esse segmento do eleitorado caracteriza-se por "não ter preferência por partido político, possui alguma rejeição a partidos, mas não tão forte ou específica, não se apega demasiadamente à pessoa do líder, é pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoral" (Rennó, Cabello, 2010:52). São membros típicos da classe C informal e apresentam características da classe trabalhadora pós-moderna elencadas por Sennett<sup>6</sup>. Sugere-se que "se há algo que pode explicar em parte o lulismo é o voto retrospectivo, que avalia o governante no poder" (Rennó, Cabello, 2010:41). Dada às características singulares do eleitorado e do sistema político brasileiro, procuraremos responder da forma mais adequada às questões aqui propostas.

---

<sup>4</sup> Berg, John C. (2000) *Marxism and the Study of U.S. Political Institutions*. Boston, US, Suffolk University.

Berg, John C. (2004) *The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now?* Boston, US, Suffolk University/Rothermere American Institute.

<sup>5</sup> Rennó, Lúcio. Cabello, Andrea. As bases do Lulismo. A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

<sup>6</sup> Sennett, Richard, *A corrosão do caráter: as consequências pessoais* 14ª ed. do trabalho no novo capitalismo / Richard Sennett; tradução Marcos Santarrita. - 14ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2009.

## 2. Explicações Metodológicas

### 2.1 O conceito de realinhamento eleitoral:

Para iniciar uma discussão sobre realinhamento eleitoral, de forma a subsidiar o aprofundamento desta monografia, é necessário definir os limites de sua conceituação. Para tal, começaremos com um breve apanhado histórico sobre a evolução desta corrente teórica. Torna-se ainda mais importante este trabalho preliminar após o alerta de Sundquist, uma das maiores autoridades no assunto, que observa o seguinte:

Mesmo depois de um quarto de século de estudos, o conceito de realinhamento eleitoral ainda está longe de ser esclarecido. Todos os escritores empregam o mesmo termo- realinhamento- mas é difícil achar dois ou mais trabalhos que dão a mesma definição para ele (Sundquist, 1983:4 Trad. T.O.).

Todavia, antes de continuarmos nosso percurso, utilizaremos esse espaço para esclarecermos melhor o conceito utilizado no trabalho para partido político. O conhecido dicionário de política de Noberto Bobbio (2002) apresenta o conceito weberiano de partido político em sua definição inicial. Partido político é uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais e ideais, seja pessoal isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente (Bobbio, 2002:898-899). Segundo Giovanni Sartori, partido político é "qualquer grupo político que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições, candidatos a cargos públicos" (Sartori, 1982:86). Além disso, para Sartori, o partido político é um instrumento funcional para cumprir objetivos e desempenhar papéis. É um todo que procura servir ao propósito desse fato (Sartori, 1982:46-47). Destacamos também a definição de partido político de Edmund Burke. Para esse autor o "partido é um conjunto de indivíduos unidos para promover conjuntamente o interesse nacional, a partir de um rol de princípios que todos eles

concordam" (Burke, 1971:151 Trad. T.O.). Todavia, essa definição só abarca os chamados partidos ideológicos. A profissionalização da política, entre outros aspectos, logo demonstrou que características como a ambição pessoal do político deveriam ser consideradas. Aldrich contempla essa questão em sua definição de partidos políticos. Para esse autor os partidos políticos são instituições criadas e mantidas por um grupo de indivíduos, alguns alçando um cargo eletivo, e outros procurando benefícios do sistema político com o objetivo de resolver três problemas que eles enfrentam: o problema da ambição política, da escolha coletiva, e da ação coletiva (Aldrich, 1995:18-24 Trad. T.O.). A perspectiva marxista relaciona os partidos políticos ao quadro mais amplo de luta de classes. Os partidos seriam, então, um meio pelo qual as classes, ou mesmo fragmentos de classe como o subproletariado, organizam sua luta no meio político. A teoria marxista prescreve que o sistema partidário de uma determinada nação está relacionado à sua estrutura de poder e à posição de cada partido frente a essa estrutura de poder. Além disso, para um partido ser bem sucedido ele deve preencher um nicho- prescrito pela estrutura econômica, conforme mediado pela estrutura política que já está posta (Berg, 2000:15 Trad. T.O.). Apesar de parecerem bem diferentes, essas definições não são contraditórias; elas só estão preocupadas com questões diferentes como afirmou Berg (Berg, 2000:15 Trad. T.O.).

A ideia de realinhamento eleitoral, conforme destaca Mayhew, aparece na academia antes da Segunda Grande Guerra. Todavia há um consenso que foi o trabalho de V. O. Key que cristalizou e popularizou o conceito em seu artigo de 1955 "A Theory of Critical Elections" (Mayhew, 2002:7 Trad. T.O.). Sundquist também chama atenção para este fato, conforme mostra o trecho destacado a seguir: "o pensamento sistemático sobre a origem e a natureza das mudanças fundamentais dentro do sistema partidário começou em 1955, no artigo pioneiro de V. O. Key Jr (Mayhew, 2002:7 Trad. T.O.). Neste artigo, Key estrutura uma das ideias centrais da corrente teórica do realinhamento. A ideia que as eleições presidenciais estadunidenses são divididas em duas categorias: umas poucas que são eleições críticas, na terminologia de Key, e a grande maioria que não é" (Sundquist, 1983:7-8 Trad. T.O.). Eleições críticas podem ser definidas como:

Aquelas onde os eleitores, pelo menos a partir de evidências impressionistas, preocupados de forma atípica, na qual há um envolvimento eleitoral relativamente grande, e na qual os resultados



finais das eleições revelam uma grande alteração na clivagem eleitoral pré-existente (Key, 1955:3 Trad. T.O.).

Além disso, Key salienta que uma das características diferenciadoras desse tipo de eleição é que o realinhamento que se manifesta nas votações nessas eleições parece persistir por várias eleições sucessivas (Key, 1955:18 Trad. T.O.). Resumindo, as eleições críticas são um tipo de eleição na qual ocorre uma grande e durável realinhamento eleitoral entre os partidos (Key, 1955:18 Trad. T.O.).

Devemos, porém, chamar atenção para o fato que o artigo inaugural da corrente teórica do realinhamento não faz nada além de apontar a eleição de 1896 nos Estados Unidos como uma eleição crítica. Mayhew nota que:

Nada aparece no artigo fundacional de Key sobre alguma eleição crítica antes de 1896, nenhuma periodicidade na ocorrência dessas eleições, ou qualquer inovação nas questões políticas ou políticas governamentais associadas com tais eleições. Ainda, Key parece ter deixado de lado o conceito de eleições críticas quatro anos mais tarde ao destacar os padrões de realinhamento secular- ou seja, mudança gradual- no comportamento eleitoral. Em seus outros trabalhos, seus comentários sobre realinhamento eleitoral são cautelosos e evasivos. Mesmo assim, em 1955, graças a Key, a ideia de eleições críticas veio à tona (Mayhew, 2002:8-9 Trad. T.O.).

É necessário observar que todas as eleições apresentam alguma mudança na alocação dos votos entre os partidos. Então, como distinguir estas variações naturais das eleições críticas? Um eleitor que cruza a linha e vota contra o partido que normalmente apoia não está realinhando a menos que ele faça uma mudança duradoura na lealdade e apego partidário. Caso a mudança seja temporária, o eleitor está somente desviando. Às vezes o número de desviantes em uma eleição em particular é tão grande que toda a eleição pode ser classificada como desviante da norma político-eleitoral (Sundquist, 1983:4 Trad. T.O.). Angus Campbell aponta as eleições presidenciais de 1916, 1952 e 1956 como exemplos dessa possibilidade (Campbell, 1966). A eleição de 1916 assistiu a reeleição do Democrata Woodrow Wilson em um período em que a maioria dos eleitores era e mantivera-se Republicana, e o oposto aconteceu em 1952 e 1956 com a eleição do Republicano Dwight D. Eisenhower por um eleitorado predominantemente Democrata.

Fato é que uma das características distintivas do realinhamento eleitoral, a durabilidade, foi apresentada por Key já no artigo *“A Theory of Critical Elections”* de 1955. Não há, apesar do vivo debate dentro da corrente teórica, divergência quanto à centralidade deste atributo para teoria. Afinal, sem a noção de durabilidade o conceito iria desaparecer por inteiro. Aqueles que analisam o alinhamento e realinhamento investigam o que vai além dos imediatos e transitórios altos e baixos da política diária e das eleições periódicas para descobrir mudanças fundamentais na estrutura do sistema partidário (Sundquist, 1983:4 Trad. T.O.). A corrente teórica do realinhamento não observa o voto em si, mas procura explicar as razões subjacentes que determinam o comportamento eleitoral. Campbell afirma que o eleitorado estadunidense, em sua maioria, apresenta algum grau de vínculo psicológico com um dos dois grandes partidos.

Essa identificação partidária é pouco sujeita a influências de eventos políticos de curto prazo e costuma permanecer constante por toda vida do indivíduo. O comportamento do eleitor em uma eleição específica provém da interação entre suas predisposições políticas e as forças políticas de curto prazo decorrentes da situação momentânea. É esse padrão de predisposições, de identificação partidária dentro do eleitorado, que determina o alinhamento do sistema partidário (Sundquist, 1983:5 Trad. T.O.).

Sintetizando, o critério basilar da corrente teórica do realinhamento eleitoral que já era apontado nas primeiras incursões de autores nesta área foi a questão da durabilidade no processo de mudança de preferências eleitorais.

Antes de continuarmos e definirmos de forma plena o conceito de realinhamento a ser utilizado neste trabalho, exporemos, brevemente, algumas das digressões metodológicas sobre o realinhamento eleitoral e sua evolução nos últimos 60 anos.

### **A variável da magnitude**

Neste momento da discussão, um ponto que não é possível deixar de lado diz respeito ao papel da magnitude do realinhamento eleitoral. Os trabalhos sobre

realinhamento eleitoral, seja de forma expressa ou implícita, discutem essa variável. Outros elementos complicadores poderiam ser indicados no estudo da magnitude do realinhamento eleitoral. A adoção da variável magnitude amplia de forma bastante significativa o conceito original. Afinal, mudanças nas bases eleitorais ocorrem em todas as eleições e podem ter qualquer magnitude. Dado este problema, Sundquist procura estabelecer a extensão da mudança para que ocorra um realinhamento. Segundo este autor não há desacordo quanto ao limite superior da escala de magnitude.

Duas mudanças históricas no sistema partidário são definidas como realinhamento por todos os analistas. Uma foi o período que precedeu a guerra civil, quando o partido Whig morreu e o partido Republicano nasceu e ascendeu ao poder. A segunda foi durante a Grande Depressão nos anos 1930, quando o partido Republicano foi desabonado e os Democratas o suplantaram como o partido majoritário- posição que o partido Democrata manteve, mesmo que de forma precária, por meio século. O consenso também é quase completo sobre as eleições dos 1890- quando o partido Democrata se radicalizou e os Republicanos empreenderam significativos e duradouros ganhos- que se encaixam na definição apropriada de realinhamento (Sundquist, 1983:7 Trad. T.O.).

William N. Chambers e Walter Dean Burnham afirmam que em cada um desses realinhamentos, a composição dos partidos e mesmo os próprios termos sobre os quais a luta partidária era travada foram alterados. Houve uma mudança de um sistema partidário nacional para outro (Chambers e Burnham apud Sundquist, 1983:8 Trad. T.O.). Destacamos, entretanto, que por concentrarem-se principalmente nesses três eventos clássicos, a grande maioria dos pensadores da corrente teórica do realinhamento eleitoral evitou aprofundar a discussão sobre a questão da magnitude.

O limite superior parece ser consenso entre os estudiosos. Porém, não podemos afirmar o mesmo sobre o limite inferior que diferencia realinhamento eleitoral e uma mera eleição desviante. Diversos nomes foram dados para outras eleições que se encaixariam no paradigma teórico do realinhamento, mas não tinham a mesma magnitude das três grandes eras de 1850s, 1890s e 1930s. Burnham denominou essas mudanças menores como subrealinhamento. Outros autores denominam esse fenômeno como ajuste, realinhamento menor ou não fazem nenhuma distinção e chamam simplesmente de realinhamento. Fato é que para Burnham e outros defensores da corrente teórica do realinhamento, as eleições críticas que caracterizam o

realinhamento eleitoral se diferenciam das eleições comuns ão em grau, mas em espécie (Burnham apud Sundquist, 1983:8 Trad. T.O.). Já Sundquist apresenta a seguinte posição sobre essa questão:

Se dois eventos apresentam todas as características essenciais exceto a magnitude- se elas são análogas na causa, processo, e consequência- elas são, presumidamente, o mesmo fenômeno. Preferencialmente, então, eles devem ter a mesma identificação. Graduações em tamanho podem ser indicadas por adjetivos ou prefixos. (Sundquist, 1983:8 Trad. T.O.).

Assim sendo, para os teóricos do realinhamento eleitoral, as graduações léxicas- apesar de não resolverem a problemática da fronteira entre eleições críticas e eleições desviantes ou mesmo eleições comuns- são importantes na identificação e na definição da magnitude do fenômeno do realinhamento.

### **Realinhamento: Determinantes e resultantes**

O termo realinhamento, para alguns autores, está relacionado a determinados antecedentes e consequências. Somente preenchendo esses requisitos preexistentes e implicando em determinados resultados, poderíamos crer que ocorreu um realinhamento eleitoral. Um exemplo disso é a visão de Gerald Pomper que designa como realinhamento somente as eleições nas quais um partido substitui o outro como partido majoritário. Uma eleição onde é registrada uma mudança no nível de apoio partidário com o mesmo partido majoritário no poder ó 1896, por exemplo- ele denomina como convergente ao invés de realinhante (Sundquist, 1983:9 Trad. T.O.). Já Clubb, Flanigan e Zingale, autores de *Partisan Realignment*, afirmam que mudanças no controle partidário do governo e das políticas públicas... são elementos integrais e necessários para o processo de realinhamento partidário. (Sundquist, 1983 apud:9 Trad. T.O.). Esses autores afirmam que os grandes realinhamentos eleitorais da história dos Estados Unidos foram marcados por crises nacionais que resultaram em uma mudança no partido que controla o governo. Esse novo controlador do governo, por

meio de suas políticas para tratar da crise existente, gesta a mudança na distribuição da fidelidade partidária no eleitorado nacional.

O realinhamento, então, não ocorre durante uma eleição crítica, mas apenas depois; ele ocorre não como uma resposta instantânea à crise, mas como um processo mais gradual feito por meio de políticas governamentais que são vistas como uma resposta eficiente aos problemas nacionais (Sundquist, 1983:9).

Todavia, não há consenso quanto ao critério dos antecedentes e das consequências. Afinal, como aponta Sundquist, apesar de algumas das grandes mudanças no quadro de apoio partidário na história política estadunidense obedecerem essa regra, não há provas que todos os realinhamentos seguem esse critério. Exemplo disso é o fato de nos anos 50 do século XIX:

O Partido Republicano ter substituído o Partido Whig como principal competidor do Partido Democrata em vários estados naquela década- antes que ele tivesse chance promover qualquer ação política com relação aos problemas nacionais. Foi a mudança no panorama de apoio partidário que já tinha ocorrido que possibilitou a primeira vitória do Partido Republicano, em 1860 (Sundquist, 1983:9 Trad. T.O.).

Para Sundquist e para a maioria dos teóricos da corrente do realinhamento eleitoral, o realinhamento significa:

A substituição de um alinhamento pelo outro; ele não deve ser limitado apenas para aqueles que ocorrem de uma maneira específica ou que têm apenas determinadas consequências. Essas distinções podem ser feitas de melhor maneira, como no caso da magnitude, por meio do uso de modificadores (Sundquist, 1983:10 Trad. T.O.).

Sendo assim, parece-nos desnecessário aceitar esse critério como essencial para atestarmos a existência de um realinhamento eleitoral. Não há consenso mínimo quanto a questão entre os teóricos, nem mesmo com relação à presença desse critério nos três casos clássicos mais estudados por essa perspectiva.

## **A variável do escopo geográfico**

O realinhamento eleitoral, de forma geral, é tratado pelos especialistas como um fenômeno nacional. Os diversos trabalhos sobre o tema procuram identificar mudanças na distribuição da fidelidade partidária na nação como um todo. Isso acontece em razão do foco analítico estar voltado para as eleições presidenciais- de uma maneira mais destacada-, e para as eleições legislativas no nível federal nos Estados Unidos (Câmara dos Representantes e Senado). Sundquist, porém, chama atenção para o perigo de assumir essa proposição como sempre verdadeira. Afinal, os partidos políticos estadunidenses são muito descentralizados e o padrão de organização e filiação política sempre foram profundamente diversos no Sul e no Norte durante grande parte da história norte americana. O período da guerra civil constitui um bom exemplo desse problema.

Quando uma técnica estatística coloca a eleição crítica da guerra civil em 1856 e outra coloca em 1864, a explicação pode ser que nenhuma das datas, ou qualquer outra, foi a eleição crítica na nação mas que ambas, assim como outras no mesmo período, marcaram mudanças críticas na fidelidade partidária em diferentes lugares (Sundquist, 1983:10 Trad. T.O.).

Demonstra-se, assim, que não há como se afirmar que o realinhamento eleitoral ocorre ao mesmo tempo em todo país.

## **A variável do ritmo da mudança**

Acreditamos que esta seja uma das variáveis mais importantes na discussão sobre o realinhamento eleitoral tendo, inclusive, o ritmo de mudança da fidelidade partidária dos eleitores norte-americanos chamado a atenção dos estudiosos do realinhamento nos primeiros momentos do desenvolvimento dessa linha de estudo nos Estados Unidos. Teóricos do realinhamento eleitoral estabeleceram distinções entre as transformações no sistema partidário que ocorrem de forma gradual e aquelas que

emergem de forma mais abrupta (Sundquist, 1983:14 Trad. T.O.). Os três casos clássicos, 1860, 1896 e 1932, encaixam-se no modelo de transformação do quadro político de forma profunda e rápida. O estudo de Key que fundou a corrente teórica do realinhamento, de 1955, tem como objeto essas transformações súbitas que se manifestam na forma de eleições críticas. Natural que essas alterações mais pujantes no quadro eleitoral tenham sido identificadas primeiro.

Key, contudo, já reconhecia que seu trabalho inicial não abarcava todo o fenômeno do realinhamento. Quatro anos mais tarde esse mesmo autor apresenta o conceito de realinhamento secular. Essa modalidade de realinhamento é caracterizada pela redistribuição da fidelidade partidária do eleitorado no longo prazo. É resultado de um processo que opera de forma inexorável, e quase imperceptível, eleição após eleição, para formar um novo alinhamento partidário e formar novos blocos partidários. (Key, 1956:198-199 apud Sundquist, 1983:8 Trad. T.O.). É citado como exemplo o deslocamento de longo prazo para o Partido Republicano dos teuto-americanos na zona rural de Ohio e o movimento gradual dos eleitores judeus em Boston em favor dos Democratas. (Key, 1956:198-199 apud Sundquist, 1983:8 Trad. T.O.). Burnham, posteriormente, simplifica e consolida a forma como passará a ser conhecida essas duas modalidades de realinhamento: o realinhamento crítico e o realinhamento secular<sup>7</sup>.

Sundquist, todavia, chama atenção ao fato de que os dois tipos de realinhamento, crítico e secular, não são tão distinguíveis como inicialmente se pensava. Isso acontece porque as eleições registram apenas a predileção partidária do eleitor em algum momento antes do ato de votar. Apenas com esses dados, torna-se muito difícil distinguir um voto desviante de um voto realinhado.

Só é possível saber se é uma decisão duradoura- uma decisão realinhante- após um determinado período. Em muitos casos, sem dúvida, o eleitor pode também não saber quando ele vai deixar de votar no partido que sempre apoiou e vai cruzar o campo partidário de vez... ele pode estar esperando para avaliar o desempenho do partido ao qual ele deu seu voto de forma condicional (Sundquist, 1983:11 Trad. T.O.).

---

<sup>7</sup> Burnham, Critical Elections, capítulo 1.

Percebe-se, com isso, que o realinhamento se manifesta em momentos diferentes, pois trata-se de uma escolha individual, a escolha do eleitor em quem votar.

Por essa razão, a maioria dos estudiosos do realinhamento falam em períodos ou eras de realinhamento. Até certo grau, em outras palavras, todos os realinhamentos são de longo prazo- ou seja, secular- e confunde mais do que esclarece definir o realinhamento crítico e secular como tipos diferentes ao invés de fases de um único processo (Sundquist, 1983:12 Trad. T.O.).

### **A agenda política**

Essa variável deriva de uma linha interpretativa diversa daquela vista até agora. A ideia apresentada por Key ao analisar as eleições críticas e o realinhamento secular estava estruturada a partir da análise do comportamento eleitoral. Schattschneider enxerga o fenômeno do realinhamento de uma maneira diversa.

Identificando como pontos de virada históricos as mesmas eleições que Key chamou de críticas- especificamente, aquelas de 1896 e 1932- Schattschneider observa que elas marcam não somente uma mudança na composição partidária, mas também nos termos nos quais se processou o conflito político, na agenda da política americana (Sundquist, 1983:12-13 Trad. T.O.).

Há, então, uma mudança nos temas que polarizam o eleitorado. Substitui-se, assim um conflito que ditava as regras da filiação política por outro. Esse estudioso afirma que o sistema partidário muda seu eixo (Schattschneider, 1960:88 apud Sundquist 1983: 13 Trad. T.O.). Petrocik, outro autor que segue essa linha analítica, afirmou que deve ocorrer uma mudança na própria forma como as coligações partidárias se estruturam (Petrocik, 1981:15 apud Sundquist 1983:13 Trad. T.O.).

Os realinhamentos críticos da guerra civil, dos anos 1890 e dos anos 1930 podem ser reconhecidos como exemplos de momentos onde houve uma mudança nos termos do conflito partidário e da composição das coligações dentro dos partidos. Entretanto, não é possível enxergar essa conexão nos realinhamentos seculares.



Mudanças significativas na atratividade do partido podem ocorrer sem que haja uma mudança nos termos do conflito político e na composição do partido. Então, seriam necessárias mudanças na agenda política que estrutura o eleitorado e na composição dos próprios partidos para se identificar um realinhamento eleitoral?

Sundquist parece acreditar que sim. O autor chama atenção a um problema de terminologia no conceito de realinhamento.

Aqueles que preferem aplicar o termo realinhamento para cobrir toda, ou a maioria, das redistribuições duráveis de apoio partidário são forçados a usar palavras modificadoras para distinguir os diferentes tipos. Sem uma palavra modificadora, de fato, o conceito de realinhamento tem pouco valor analítico; falar que ocorreu um realinhamento em determinado período- ou que está ocorrendo agora- é dizer nada, pois alguma redistribuição de alinhamento partidário sempre está ocorrendo(...) apesar de necessários, todos esses modificadores diferenciam os realinhamentos na base dos efeitos das forças políticas em jogo. A magnitude, o escopo, e o ritmo do realinhamento. Elas não nos dizem nada sobre a essência das forças envolvidas no processo (Sundquist, 1983:14 Trad. T.O.).

A proposta de Schattschneider parece propor uma definição de realinhamento que olha para a essência das forças envolvidas no processo e não para seus efeitos. O realinhamento então só se configura quando há uma mudança na clivagem do conflito partidário e na estrutura dos próprios partidos.

### **Realinhamento, dados e análise quantitativa.**

O estudo do realinhamento tem como principal base a análise dos resultados eleitorais. Esses dados, pelo menos até o início do século XX, são praticamente a única fonte de informações sobre o posicionamento político e o alinhamento partidário do eleitorado nos Estados Unidos. Entretanto, os dados eleitorais têm um grave problema. Eles só revelam o que ocorreu e não a forma e a razão do ocorrido. A análise dos dados eleitorais levou a um debate estéril sobre as datas das eleições críticas- com diferentes métodos estatísticos identificando diferentes datas- mas ela não disse nada sobre as

forças históricas que convergem nessas datas e dão seu sentido (Nexon, 1980:55-62 Trad. T.O.).

Entretanto, a partir dos anos 30 e principalmente em meados dos anos 50, pesquisas de opinião pública se popularizaram nos EUA. Essas pesquisas se tornaram importantes fontes quantitativas complementares aos resultados eleitorais. As pesquisas de opinião, na verdade, apresentam três grandes vantagens sobre a análise dos resultados eleitorais.

Primeiro, enquanto os dados eleitorais nos mostram apenas o comportamento eleitoral, as pesquisas costumam inquirir sobre a filiação partidária. Segundo, enquanto os resultados eleitorais não apresentam nenhuma evidência para a motivação do voto, as pesquisas podem estabelecer hipóteses sobre o que pode estar influenciando o comportamento e as atitudes políticas e assim formular questões que possam testar essas proposições. Terceiro, enquanto os resultados eleitorais subdividem os eleitores apenas geograficamente, as pesquisas podem dividir suas amostras em qualquer sistema de categorias que se mostre relevante (Sundquist, 1983:16 Trad. T.O.).

Sendo assim, técnicas sofisticadas de pesquisa tornam possível distinguir e identificar realinhamentos enquanto eles estão ocorrendo, além de investigar suas causas. A única limitação é o custo elevado para se conseguir amostras suficientemente grandes e identificar os pequenos subgêneros do eleitorado que podem estar mudando seu alinhamento partidário (Sundquist, 1983:17 Trad. T.O.).

### **Os dezesseis princípios do realinhamento para Sundquist e o realinhamento no Brasil.**

Sundquist, após extensa discussão e amparado na ampla bibliografia presente em sua obra (Sundquist, 1983), procurou formular quinze regras aplicáveis à interpretação dos processos de realinhamento. Segundo o autor, as proposições não tem como intenção descrever os casos do realinhamento, mas sim o realinhamento como fenômeno, em outras palavras, formular preceitos que são aplicáveis a qualquer realinhamento no sistema americano, no passado, no presente e no futuro (Sundquist,

1983-298 Trad. T.O.). Porém, o autor alerta que essas proposições foram formuladas tendo em mente os chamados grandes realinhamentos. O seu uso para interpretação de pequenos realinhamentos está condicionado às necessárias modificações de escala.

Nos parece que para analisarmos a aplicabilidade da teoria do realinhamento eleitoral no Brasil, deveremos voltar e considerar os 16 princípios elencados por Sundquist. Não por acreditarmos que as críticas relativas a teoria do realinhamento feitas por Mayhew não são pertinentes, mas porque preferimos não descartar antecipadamente a valia para o cenário nacional. Analisaremos de forma concisa, então, a serventia das diferentes proposições de Sundquist como instrumentos de interpretação da realidade política brasileira. Além disso, restringiremos nossa análise sobre um possível realinhamento no Brasil às eleições presidenciais do século XXI. Faremos isso por dois motivos: primeiramente pelo fato de nosso trabalho focar esse período da história política brasileira e porque nosso país, desde o início do período republicano de sua história, tem vivido breves períodos de democracia partidária intercalados por períodos ditatoriais. Além disso, a democracia de fato, no Brasil, surge no breve período da República Populista e é logo interrompida. Vivemos hoje o mais longo período democrático de nossa história e o primeiro onde, acreditamos, talvez seja possível identificar um realinhamento eleitoral.

### **1. O realinhamento tem sua origem na ascensão de uma nova agenda política (ou conjunto de novos temas).<sup>8</sup>**

Os partidos políticos no sistema estadunidense têm uma grande estabilidade e adaptabilidade. Uma alteração no sistema partidário só ocorre quando novas forças políticas gestadas socialmente se tornam fortes o bastante para perturbar o equilíbrio do sistema político. Os grandes temas políticos que emergiram na época dos três grandes realinhamentos são bons exemplos disso. O realinhamento dos anos 1850 teve como tópico central a questão da escravidão. No segundo grande realinhamento, nos anos 1890, as dificuldades da população rural e a desigualdade social e regional foi o tema

---

<sup>8</sup> Todos os tópicos foram traduzidos de Sundquist, James L. Dynamics of the party system. (Tradução T.O.).

focal da disputa eleitoral. Por fim, no terceiro, o papel do governo no enfrentamento da Grande Depressão pautou o debate político.

Importantes alterações econômicas, sociais e demográficas não produzem necessariamente realinhamentos eleitorais.

Elas precisam primeiramente levantar uma nova agenda política. É inteiramente possível que mudanças profundas na estrutura social, particularmente uma que é gradual, não produza uma agenda política realinhante; por outro lado, um grande tema político pode emergir na ausência de mudanças sociais estruturais (Sandquist, 1983-299 Trad. T.O.).

Entretanto, apesar disso, o primeiro princípio do realinhamento elencado por Sundquist em sua obra *Dynamics of the Party System* é um aspecto importante da tese fundadora do realinhamento<sup>9</sup>. Singer, defensor do realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais de Lula no novo milênio, propõe que uma nova agenda política redefiniu o panorama político nacional. "No caso brasileiro, a agenda desse possível realinhamento é, ao meu ver, a redução da pobreza"(Singer, 2012:15). Lúcio Rennó e Andrea Cabello fizeram um interessante trabalho onde foram testadas essa e outras hipóteses que justificariam a ocorrência de um realinhamento eleitoral como propugna Singer. Segundo esses autores, baseado em dados empíricos, não houve no Brasil um realinhamento eleitoral como é defendido por Singer<sup>10</sup>.

o fenômeno do lulismo, na realidade, é expressão do não alinhamento de uma parte significativa do eleitorado... Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho. Não encontramos evidências convincentes de um amplo realinhamento político, que se presume estável e implica em mudanças no eleitorado como argumenta Singer. (Rennó, Cabello, 2010:52-53).

---

<sup>9</sup> Aqui nos referimos ao Key, V. O. "Secular Realignment and the Party System", *Jornal of Politics*, vol. 21 (may 1956).

<sup>10</sup> Ver Rennó, Lúcio. Cabello, Andrea. As bases do Lulismo. A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010. Sartori, Giovanni, *Teoria dei partiti e caso italiano* ed. Milano : Sugarco, 1982.

Independente do vigor empírico do fato, do ponto de vista teórico, é possível aplicar essa característica do realinhamento no Brasil.

**2. Para que um realinhamento ocorra, a nova agenda política deve ter um que corte atravessa a divisão política existente.**

Essa é outra característica essencial da tese inaugural do realinhamento proposta por Key e que Sundquist reproduz como um de seus princípios fundamentais do realinhamento. As questões centrais dos três grandes realinhamentos apresentavam essa característica. O tema da escravidão dividiu os Estados Unidos em norte e sul, não em linhas partidárias. Democratas e *Whigs* do norte se colocaram em posição oposta aos democratas e *Whigs* do sul. O mesmo ocorreu no realinhamento dos anos 1890 e 1930. O país novamente se polarizou em 1890, entre leste e oeste. Por fim, a depressão de 1929 não aquinhoou o país em regiões, mas o dividiu em classes e linhas ideológicas. Todavia, o novo grande tópico político não precisa ter um corte transversal. Pode seguir as divisões políticas já existentes. Sendo assim, a clivagem partidária não é alterada, mas sim reforçada.

Singer também vê essas características no processo eleitoral de ambas eleições de Lula no novo século. O autor afirma que na eleição de

2006 aconteceu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar muito tempo... também decorre do realinhamento eleitoral o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT... O lulismo, por sua vez, alterou a base social do PT e favoreceu, em particular no segundo mandato, a aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade. (Singer, 2012:15-16).

A nova agenda política baseada no combate a pobreza, segundo Singer, portanto, atravessou a divisão política vigente e a modificou. Resultou dessa mudança, uma divisão política que reorientou a divisão de preferência política entre pobres e ricos. Singer continua ao afirmar que "penso que no lulismo a polarização se dá entre ricos e pobres, e não entre esquerda e direita. Por isso, a divisão lulista tem uma forte

repercussão regional (Singer, 2012:35). Todavia, a partir de um ângulo de classe, "a maioria das explicações tendem a enxergar despolarização e despolitização no período do lulismo" (Singer, 2012:28). Exemplo disso é a tese do desinteresse do eleitorado frente o pleito de Francisco de Oliveira. Desinteresse esse "reflexo de que a política não passa pelo conflito de classes" (Oliveira, 2008:23 apud Singer, 2012:29) que gerou, segundo o autor, a maior taxa de abstenção na história eleitoral brasileira recente. Outro autor, Ruy Braga, afirma que houve um

"efeito regressivo' do lulismo: nele a política afasta-se dos embates hegemônicos e refugia-se 'na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes'. Desde esse ponto de vista, a polarização entre ricos e pobres ocorrida em 2006 (e reproduzida em 2010) teria sido uma ilusão de ótica." (Singer, 2012:29).

Ainda, Brasília Sallum Jr., afirma que houve uma despolarização a partir do estabelecimento de um consenso liberal-desenvolvimentista. Assim denominado por ter como consenso que a estabilidade monetária seria um valor supremo, mesmo após o aumento da atuação do Estado na economia, principalmente a partir do segundo mandato do Lula, pois está deveria ocorrer "dentro dos marcos estabelecidos no governo anterior." (Singer, 2012:30). Já Luiz Werneck Vianna defende a tese que se formou no governo Lula um "Estado de compromisso" onde os conflitos dos diferentes grupos de interesse eram arbitrados dentro do próprio Estado. Houve, conseqüentemente, uma despolitização que gerou uma despolarização dos conflitos<sup>11</sup>. Além disso, Marcos Nobre assevera que

"a partir de 2005, com a plena incorporação do PMDB ao seu governo, Lula teria passado a 'ampliar de tal maneira o centro político que a polarização praticamente desapareceu'. Ao fazê-lo, destruiu a bipolaridade existente no período FHC. A peemedebização do lulismo implicaria uma 'regressão política'... uma vez que 'o sistema político não sobrevive sem polarização'. Enquanto isso não acontece, teríamos 'uma sociedade amputada por uma representação política excludente.'" (Singer, 2012:31).

---

<sup>11</sup> Luiz Werneck Vianna, "O Estado Novo do PT", no sítio Gramsci e o Brasil, <[www.acesa.com/gramsci/](http://www.acesa.com/gramsci/)>, consultado em 30/6/2014.

Todos esses diversos autores enxergam no governo Lula uma tendência a pasteurização da política. Por fim, existem autores, como Rudá Ricci, que enxergam a uma nova polarização política a partir do governo Lula que, todavia, não é acompanhada por um deslocamento ideológico do eleitorado. "Rudá Ricci vincula a vitória de Lula em 2006 ao voto dos mais pobres e, ao analisar a eleição de 2008, chega à conclusão de que se manteve a polarização PT-PSDB, 'tendo o PMDB como fiel desta balança!'" (Singer, 2012: 33).

Sendo assim, mesmo que minoritária, caso aceitemos a tese de Singer como verdadeira, da mesma maneira que a anterior, essa premissa pode ser usada no estudo de um realinhamento eleitoral no Brasil.

**3. Para que ocorra um grande realinhamento eleitoral, a nova agenda política deve ser poderosa o bastante para dominar o debate político e polarizar o eleitorado.**

Um grande realinhamento não pode ocorrer se a nova problemática política não for dominante para o eleitorado como um todo e desperte paixões em um segmento substancial dos eleitores. As duas dimensões que dão força a um realinhamento eleitoral estão ligadas à amplitude e à profundidade. É então característico dos períodos de realinhamento eleitoral que a participação e o interesse na política sejam altos, e que o quociente eleitoral seja elevado (Sundquist, 1983:300 Trad. T.O.). O tempo de assunção de determinada agenda pode variar. Os realinhamentos de 1850 e 1890 são bons exemplos de crescimento progressivo da importância de determinado tema. Contudo, a agenda política que motivou o realinhamento pós-crise de 29 emergiu quase que instantaneamente. Já a profundidade de determinada questão política pode ser ponderada a partir da análise do tom do debate político. Em momentos de realinhamento cada partido enxerga o outro como inimigo e não somente oposição... as políticas são investidas de um moralismo absolutista. (Sundquist, 1983:301 Trad. T.O.). Quando as posições políticas viram um absoluto moral, a conciliação de interesses se torna impossível; afinal quem toleraria um pacto com o mal? Procedimentos conciliatórios normais são descartados (Sundquist, 1983:301 Trad. T.O.).

O terceiro princípio elencado por Sundquist não pode ser facilmente verificável no sistema político brasileiro. Isso acontece por dois fatores: O Brasil é uma democracia pluripartidária com voto obrigatório. Sundquist afirma que o é então característico dos períodos de realinhamento eleitoral que a participação e o interesse na política sejam altos, e que o quociente eleitoral seja elevado (Sundquist, 1983:300 Trad. T.O.). Sendo assim, não podemos atrelar o coeficiente de votação a um aumento no interesse do eleitorado na disputa política, pois não há variações significativas nas últimas eleições do novo período democrático brasileiro. Todavia, de fato, Wanderley Guilherme dos Santos, enxerga um aumento expressivo e constante na participação da população no processo eleitoral<sup>12</sup>. Entretanto, segundo o próprio autor, o aumento se deu, "a partir de 1945, em um processo de 'megaconversão eleitoral', com os habitantes transformando-se em cidadãos na posse de direitos de titularidade e participação no jogo político a velocidades incomparáveis." (Santos, 2007:56). Esse fenômeno está atrelado ao acelerado processo de urbanização do Brasil no século XX.

"No agregado Brasil, a taxa de crescimento populacional foi de 183%, alcançando o eleitorado o índice de 727% de expansão no mesmo período (1950-1991)... para cada 1% de crescimento populacional, o eleitorado crescia 4%. De 1991 a 2002 a taxa cai para 2%, significando que continua em operação a mobilização do estoque de votos até então inermes nas gerações anteriores, mas em véspera de esgotar a reserva mobilizável." (Santos, 2007:57-58).

Então, não há de se falar em incremento do coeficiente de participação eleitoral no Brasil como um sinal da existência de um realinhamento eleitoral. Esse processo, segundo Wanderley, é um fenômeno de longo curso que já atravessa mais de meio século da história política nacional. Como demonstraremos a seguir por meio de tabelas de dados, reiteramos que o conjunto das eleições presidenciais do mais novo período democrático brasileiro revela uma flagrante estabilidade em seus números. Não há qualquer variação significativa nos resultados eleitorais que sugiram a existência de evidências empíricas para o advento de um realinhamento eleitoral no Brasil a partir do princípio aqui analisado, a polarização do eleitorado a partir do surgimento de uma nova agenda política.

---

<sup>12</sup> Ver Santos, Wanderley Guilherme, "A Expansão da Arena Eleitoral", em Horizonte do Desejo: Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social.



**Valores absolutos no primeiro turno das eleições presidenciais da Novíssima República (1989-2010)**

<b>Eleições</b>	<b>Aptos a votar</b>	<b>Comparecimento</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Votos Válidos</b>	<b>Votos brancos e nulos</b>
1989 <sup>13</sup>	82.056.226	70.250.194	11.806.032	66.156.191	4.094.003
1994	94.743.043	77.949.111	16.793.932	63.310.993	14.638.118
1998	106.100.596	83.297.773	22.802.823	67.722.303	15.575.470
2002	115.253.816	94.805.583	20.448.233	84.955.145	9.850.438
2006	125.913.134	104.820.459	21.092.675	95.996.733	8.823.726
2010	135.804.043	111.193.747	24.610.296	101.590.153	9.603.594

Fonte: TSE

**Percentual de comparecimento no primeiro turno das eleições presidenciais da Novíssima República (1989-2010)**

<b>Eleições</b>	<b>Percentual de comparecimento</b>
1989 <sup>14</sup>	85,6%
1994	82%
1998	78,51%
2002	82,26%
2006	83,25%
2010	81,88%

Fonte: TSE

**Percentual de abstenção no primeiro turno das eleições presidenciais da Novíssima República (1989-2010)**

<b>Eleições</b>	<b>Percentual de abstenção</b>
1989 <sup>15</sup>	14,4%
1994	18%
1998	21,49%
2002	17,74%
2006	16,75%
2010	18,12%

Fonte: TSE

<sup>13</sup> Dados referentes ao segundo turno da eleição presidencial.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

### Percentual de votos válidos no primeiro turno das eleições presidenciais da Novíssima República (1989-2010)

Eleições	Percentual de votos válidos
1989 <sup>16</sup>	94,2%
1994	81,1%
1998	81,33%
2002	89,61%
2006	91,58%
2010	91,36%

Fonte: TSE

### Percentual de votos brancos e nulos no primeiro turno das eleições presidenciais da Novíssima República (1989-2010)

Eleições	Percentual de votos brancos e nulos
1989 <sup>17</sup>	5,8%
1994	18,9%
1998	18,67%
2002	10,39%
2006	8,42%
2010	8,64%

Fonte: TSE

Já o domínio de determinada questão política pode ser ponderado a partir da análise do tom do debate político segundo Sundquist. ðEm momentos de realinhamento cada partido enxerga o outro como inimigo e não somente oposição... a políticas são investidas de um moralismo absolutista.ö (Sundquist, 1983:301 Trad. T.O.). ðQuando as posições políticas viram um absoluto moral, a conciliação de interesses se torna impossível afinal quem toleraria um pacto com o mal? Procedimentos conciliatórios normais são descartadosö (Sundquist, 1983:301 Trad. T.O.). Entretanto, novamente, como destacaram Rennó e Cabello, vivemos em uma democracia pluripartidária onde a maioria do eleitorado não tem "preferência por partido político, possui alguma rejeição a partidos, mas não tão forte ou específica, não se apega demasiadamente à pessoa do líder, é pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoralö(Rennó, Cabello, 2010:52). De acordo com tal avaliação não há, então, possibilidade de se aplicar tal princípio em nosso país.

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> idem.

**4. O tema realinhante deve ser tal que grandes agrupamentos políticos tenham posições distintas e opostas que são facilmente identificáveis.**

õA não ser que haja uma clara e significantiva diferença na posição dos partidos políticos a respeito do assunto emergente, não há razão para que as pessoas instigadas pela matéria mudem sua filiação política ou, entre aqueles novos eleitores ou eleitores independentes, escolham se vincular a um partido específicoö (Sundquist, 1983:302 Trad. T.O.).

Podemos enxergar facilmente isso no grande realinhamento dos anos 1850. A escravidão, por sua própria natureza, é um tema polarizador. Ela era legal em determinados estados e ilegal em outros, pois não há possibilidade de se ter uma posição intermediária entre a legalidade e a ilegalidade neste assunto. As questões econômicas que motivaram os realinhamentos dos anos 1890 e 1930 eram bastante complexas e as posições partidárias sobre a matéria poderiam ser contemporizadas, mas o temperamento dos dois chefes do executivo federal norte-americano nestes momentos não permitiu tal ajuste. A intransigência em procurar uma solução de meio termo por ambos acabou estimulando a polarização do eleitorado estadunidense.

Novamente, no caso brasileiro, tal princípio não pode ser verificado. A nova agenda política destacada por Singer, o combate a pobreza, não é tratado de forma antagonica pelos principais partidos políticos brasileiro. Houve, na verdade, desde o primeiro momento, uma antecipação pelos partidos de oposição ao PT da bandeira de combate a pobreza. Afinal, os programas que deram origem ao Bolsa Família tiveram sua origem no período F.H.C. Além disso, a principal política pública formulada para a concretização dessa agenda política, o programa Bolsa Família, é apoiada pelos presidenciais de maior expressão. Esse fato continua a acontecer nas eleições desse ano<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Ver <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-05-16/defendido-por-aecio-neves-bolsa-familia-ja-foi-taxado-de-bolsa-esmola-pelo-psdb.html> e <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140521141652&cat=politica&keys=-paraiba-eduardo-campos-mira-artilharia-dilma-detona-terrorismo-plantado-sobre-fim-bolsa-familia>

**5. Uma nova agenda política se torna dominante não somente por sua força, mas também pelo grau de declínio dos antigos temas delimitadores do jogo político.**

O processo de realinhamento eleitoral é acompanhado pela permanência de determinados temas políticos. O eleitor experimentou emoções profundas nas eleições realinhantes de acordo com Sundquist.

Os eleitores que se polarizaram em razão de um novo tema político experimentaram emoções profundas- medo e ódio do polo opositor; companheirismo e solidariedade com os compatriotas de seu próprio polo; desprezo pelos eleitores moderados. Quando o sistema partidário se realinha para refletir as forças polarizantes, essas emoções são transferidas para os partidos... para muitas pessoas a ligação emocional para com um partido e a hostilidade em relação ao outro, formada em um período de crise, continua sendo uma parte essencial de suas identidades para o resto da vida. Abandonar o seu partido seria tão impensável como abandonar seu país ou trocar de religião (Sundquist, 1983:304-305 Trad. T.O.).

O tempo pode diminuir essa ligação emocional, mas as inclinações resultantes do processo de realinhamento são estimuladas pelos partidos políticos nas eleições subsequentes. Para que um tema realinhante seja suplantado, então, é em parte necessário um processo de mudança geracional. Novos eleitores que não estavam imersos na disputa eleitoral, com o tempo, irão substituir aqueles atrelados aos partidos. Devemos chamar atenção para o fato que as preferências partidárias, entretanto, podem ser transmitidas de uma geração para outra. Todavia, caso as questões estruturantes decaiam no panorama político, o realinhamento não irá acontecer necessariamente. Além disso, uma nova agenda política forte o bastante para causar um realinhamento eleitoral deve surgir.

Este é outro princípio que não tem aplicabilidade no panorama político nacional. Destacamos que no caso brasileiro há uma conjunção entre os temas delimitadores, antigos e novos, do jogo político. Além disso, defendemos que o PT só chegou ao poder com Lula em 2002 exatamente por ter se apropriado do discurso em defesa da estabilidade e associado a ele a nova agenda política, o combate à pobreza. "O lulismo, ao executar o programa de combate à pobreza dentro da ordem, confeccionou via ideológica própria, com a união de bandeiras que não pareciam combinar"(Singer,

2012:74). A defesa das duas agendas, estabilidade e combate a pobreza, atravessa a condução do PT no executivo federal em seus três mandatos, sendo enfatizada em algum momento uma ou outra em razão do humor político imediato.

**6. Uma nova agenda eleitoral provavelmente terá um apelo maior para os eleitores de um determinado partido e por isso seu potencial efeito negativo será maior em um dos partidos.**

õSeria uma improvável coincidência que uma nova agenda política cruzasse as linhas partidárias existentes de forma igual. Isso acontece porque os dois partidos tem diferentes composições, e o novo tópico provavelmente encontrará diferente apoio ou repulsa nos respectivos partidosö (Sundquist, 1983:306 Trad. T.O.).

Igualmente difícil de se verificar tal premissa no panorama político do Brasil. Nosso país é uma democracia púbere com um espectro partidário bastante pulverizado. Associado a isso, os eleitores em sua maioria não se identificam com qualquer partido. Rennó e Cabello, por meio de questionários, identificaram a maioria do eleitorado como mais sujeitas a serem impactadas por fatores de curto prazo. "Fatores de curto prazo tendem a ser mais relevantes em sistemas onde fatores de longo prazo são insuficientes para diferenciar candidatos. Uma possibilidade, portanto, é que em sistemas políticos novos, ainda não institucionalizados, onde partidos políticos não têm reputações estabelecidas e as divisões ideológicas são obscuras, fatores de curto prazo, como o impacto de campanha, das propagandas e das características dos candidatos, ganham maior relevância (Rennó e Cabello, 2010:46).

**7. A resposta natural de ambos partidos hegemônicos na imediata emergência de uma nova agenda política é tentar conter o novo tema transversal.**

A liderança estabelecida dos partidos se constitui de políticos que são, por definição, beneficiários do sistema político vigente. Além disso, a liderança partidária inclui um significativo número de profissionais que não estão vinculados a nenhum tema, e que tem como maior interesse o clientelismo ou organização partidária. Esses políticos são mais flexíveis e pragmáticos em sua abordagem aos problemas públicos. Mesmo entre aqueles políticos que são orientados

por temas específicos, os que fazem parte da liderança do partido costumam estar vinculados a questões que orientaram o realinhamento eleitoral anterior, que formaram o atual sistema político e ainda são a base da unidade, coerência e força partidária. Os líderes partidários têm um interesse intrínseco em manter esses temas vivos como constante fonte de apoio político, e pelo menos motivo eles têm um interesse profundo em suprimir ou evitar o surgimento de qualquer questão transversal que ameace a unidade partidária. Ambas as atitudes são características principalmente do partido majoritário, aquele que se beneficiou mais da ascensão de agenda política vigente e conseqüentemente tem mais em jogo na manutenção de sua predominância (Sundquist, 1983:306-307 Trad. T.O.).

A assunção de uma nova agenda política afeta a coesão partidária e faz com que, naturalmente, lideranças emergentes dentro dos partidos desafiem o status quo.

Novamente a trajetória política brasileira parece indicar o contrário. Ambos lados do cenário político, ou seja, governo e oposição, congregam o discurso da nova agenda política, o combate a pobreza, com o da velha, a estabilidade econômica. Não há, então, em decorrência disso, uma distinção ideológica clara entre as diferentes legendas partidárias e nem mesmo uma tentativa organizada de se suprimir a emergência de uma nova agenda política.

**8. Dentro de cada partido, entretanto, formam-se grupos políticos que estão mais interessados em sua vitória em razão de sua posição frente ao tema emergente do que com o sucesso eleitoral de seu partido.**

O aparecimento de um novo tema político sempre é aproveitado como plataforma para promoção eleitoral. Entretanto, a partir do momento que as lideranças políticas procuram conter a nova agenda política, aqueles políticos que estavam defendendo essas novas ideias precisam fazer uma escolha entre a fidelidade às linhas partidárias ou a continuação da exploração dessa plataforma política. Esses políticos podem acreditar fervorosamente nessas novas questões, serem líderes locais de regiões especialmente afeitas ao tema, ou apenas oportunistas que veem uma chance de crescimento político no apoio a essa questão aflorante. Seja qual for o caso, esses grupos políticos estão menos interessados em pertencer ao partido e mais interessados em usá-lo segundo Samuel Lubell (Lubell, 1965 apud Sundquist 1983:310 Trad. T.O.).

Quanto a sua aplicabilidade ao Brasil, o fato do princípio anterior não ser compatível com a realidade política brasileira também invalida esse princípio. Já que nosso sistema político é extremamente fragmentado e personalista, tanto as lideranças partidárias e os dissidentes, em sua maioria, pautam sua trajetória política através de plataformas pessoais. A própria trajetória história do PT, de sua origem ligada aos sindicatos, setores da esquerda católica e intelectuais para sua transformação em um partido majoritário sob a liderança de Lula, pode ser vista como exemplo desse processo. Todavia, reconhecemos que há limites para a ideia de um sistema político onde só há filiação do eleitor com o candidato e não com o partido. Afirmamos, porém, que em um sistema político extremamente fragmentado como o nosso, essa realidade é mais factível. Esse processo é resultado da frágil fidelidade partidária e acaba gestando grupos alternativos de poder. Exemplo disso, são grupos extraoficiais como a bancada evangélica e ruralista no Congresso Nacional, onde congressistas de todo cenário partidário se aliam de forma mais impactante que com parlamentares de seu próprio partido. Processo semelhante ocorre nos Estados Unidos, mas em seu parlamento a filiação partidária ainda é o principal meio de identificação política. Todavia, reconhecemos que há limites para

**9. Os grupos políticos dissidentes se unem mais rapidamente caso o partido minoritário seja aquele com maior simpatia para com a agenda política emergente.**

Os grupos dissidentes que defendem a questão política dentro do partido majoritário tem maior dificuldade para se congregarem. Isso acontece porque a liderança partidária pode conceder favores políticos que limitam o desenvolvimento desses grupos dissidentes.

O partido minoritário, entretanto, está em uma posição totalmente diferente. Ele normalmente é uma arena de disputa por liderança e controle, e nessa luta alguns dos possíveis líderes abraçam os temas polarizantes como meio de desenvolver e consolidar um grupo de seguidores... eles são livres para seguir esse caminho com certa irresponsabilidade. Eles não estão sujeitos a nenhuma disciplina. Na verdade, já que o interesse do partido é achar temas nos quais é possível desafiar o partido majoritário. A liderança partidária e seus principais porta-vozes podem encorajar aberta ou tacitamente para que

grupos dissidentes façam o que puderem com a nova agenda política (Sundquist, 1983:311 Trad. T.O.).

Outra vez a verificação de tal princípio é bastante custosa no Brasil. Nosso sistema político pluripartidário com baixa fidelidade partidária e alto índice de troca de partidos tornam a verificação empírica desse processo praticamente inviável.

**10. Caso os dois principais partidos persistam em sua prática contencionista ou sua liderança seja ocupada por grupo políticos dissidentes opositores a mudança, apoiadores da nova agenda política irão formar um novo partido em algum momento.**

A tendência contencionista existente nos partidos fortalece o argumento entre as forças dissidentes da necessidade de se formar um novo partido político como meio para conquistar as mudanças políticas que eles almejam... caso nenhum partido abraço a questão e ela continue a ganhar força, mais cedo ou mais tarde um terceiro partido será formado (Sundquist, 1983:312-313 Trad. T.O.).

Nos dois primeiros grandes realinhamentos terceiros partidos emergiram. O realinhamento de 1850 gestou o surgimento dos partidos Republicano, da "Liberty" e do "Free-soil". O mesmo aconteceu no realinhamento de 1890 onde os partidos "Greenback", "Union Labor" e "People's" surgiram. O surgimento de terceiros partidos só foi contido no realinhamento pós-crise de 1929 graças a rápida elevação dos setores intervencionistas a liderança do partido democrata.

Pelos motivos elencados no dois princípios anteriores, a verificabilidade da aplicação desse princípio a realidade política brasileira é bastante difícil.

**11. Uma crise realinhante se precipita quando os moderados perdem o controle em ambos partidos maiores ó ou seja, o controle da política partidária e das nomeações- para uma ou outra força dissidente.**

À medida que a agenda política ganha força e a comunidade se polariza, os grupos dissidentes dentro do partido ganham força e influência à custa das forças moderadas do centro que estão concentradas na manutenção da integridade do partido. Cada partido está submetido a uma severa pressão, pois grupos dissidentes em



ambos estão lutando pela supremacia dentro do partido e contra os moderados contencionistas (Sundquist, 1983:313-314 Trad. T.O.).

Esse processo é percebido nos três grandes realinhamentos estadunidenses, mas a tese norte americana proposta por Sundquist não aconteceu em nossas terras. O realinhamento eleitoral do lulismo, segundo Singer, é resultado da consolidação do controle dos moderados sobre o partido político que se tornará o majoritário, PT. Werneck Vianna, para quem o Brasil "pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva"<sup>19</sup> de Gramsci, vê no lulismo a inversão do modelo. Ou seja, "em lugar do partido conservador cooptar os quadros revolucionários para executar de maneira controlada as alterações renovadoras, na prática lulista os elementos conservadores é que foram cooptados pelos dirigentes de origem progressista" (Singer, 2012:38). Isso acontece, entretanto, como já falamos, resultando em uma solução de meio termo que procura congrega agendas políticas ideologicamente opostas. Exatamente por isso, o reformismo lulista é "lento e desmobilizador" (Singer, 2012:45). Destacamos, em razão disso, que os quadros de liderança do PT, em sua maioria oriundos do PT paulista, continuaram a ocupar os cargos de liderança partidária quando partido minoritário e majoritário. O mesmo processo ocorreu com todos os grandes partidos brasileiros do período recente. Singer faz alusão a essa mudança em seu livro ao contrastar as duas "almas" do PT, o espírito de Sion e o Espírito de Anhembi<sup>20</sup>. A transição da primeira para a segunda marca exatamente a transformação do antigo PT progressista em um partido moderado. A alteração da agenda política não resultou em alterações no controle partidário por parte das antigas elites políticas.

**12. Caso um grupo dissidente que apoia a agenda política emergente conquiste o controle de um partido político grande e assim precipite uma crise realinhante, o realinhamento eleitoral ainda pode ser revertido caso esse mesmo grupo também consiga conquistar liderança do outro grande partido simultaneamente ou pouco depois.**

---

<sup>19</sup> Vianna, Luiz Werneck, 2011:43

<sup>20</sup> Ver Singer, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, páginas 87-101. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

A chamada "Era Progressista", para Sundquist, é um exemplo de como um grande realinhamento eleitoral foi abortado apesar de o tema transversal emergente passar a dominar o cenário político. Até este período ambos partidos eram grandes opositores das políticas progressistas, porém tornava-se claro que essa nova agenda política estava ganhando força. A contenção do crescimento e da polarização política foi possível porque ambos partidos acabaram se sujeitando a lideranças progressistas. Assim, os progressistas simpatizantes a nenhum dos partidos sentiu necessidade de mudar sua filiação e o mesmo ocorreu com os conservadores. A razão para o realinhamento, portanto, desapareceu. Entretanto, Como dito anteriormente, no caso brasileiro, não houve troca das lideranças partidárias tornando, assim, a verificação desse princípio impossível.

**13. Em qualquer outra circunstância, entretanto, uma crise gerará um realinhamento. A forma do realinhamento dependerá do grau de dificuldade encontrado pelas forças dissidentes que apoiavam a nova agenda política em conquistar o controle de um dos grandes partidos políticos.**

Sundquist enumera diferentes formas de realinhamento de acordo com a postura adotado pelos diferentes atores envolvidos.

Primeiramente, caso as forças dissidentes que apoiam a agenda política emergente conquistem o controle de um partido grande rapidamente, o realinhamento pode ocorrer sem que surja um terceiro partido. Esse foi o caso do realinhamento dos anos 1930. Os republicanos se colocaram no polo conservador e os democratas se moveram para o outro. Após a eleição de Roosevelt a ala intervencionista ascendeu ao controle do partido. Assim, a maioria dos eleitores que agora apoiavam o intervencionismo estatal encontrou no partido democrata uma resposta satisfatória para suas demandas.

Ainda, caso as forças dissidentes que apoiam a nova agenda política ganhem força somente após a formação de um terceiro partido, o realinhamento pode ocorrer através da absorção do novo partido por um dos antigos. A absorção dos populistas pelo partido democrata pode ser vista como exemplo. O realinhamento também pode ocorrer através da substituição de um dos partidos antigos por um novo, como ocorrido no

realinhamento de 1850. Apesar de bastante improvável, o realinhamento pode também acontecer pela substituição de ambos partidos antigos por novos.

Novamente, como já vimos, a trajetória política brasileira torna impossível a verificação deste princípio. A história política brasileira é marcada pela resolução dos conflitos entre as elites políticas de forma negociada. Esse quadro não foi alterado na Novíssima República.

**14. O realinhamento atinge seu clímax em uma ou mais eleições críticas que se centram no tema transversal e o resolvem, mas o processo de realinhamento eleitoral pode se estender por um período considerável de tempo antes e depois da eleição crítica.**

Durante a crise realinhante, o contencionismo dos grandes partidos sobre a agenda política emergente irá acabar, e eles tomarão posições em campos opostos do espectro político. A agenda política que antes cortava transversalmente e dividia ambos partidos agora define o novo sistema partidário; Ela aumenta a coesão partidária e amplia a distância entre os partidos. Ela não é mais evitada e suprimida. Torna-se o foco de cada eleição até que a questão seja resolvida. Isso pode acontecer em uma eleição crítica, como em 1896, ou pode requerer duas ou mais eleições presidenciais (e uma eleição parlamentar interveniente) antes que a decisão esteja clara para a população, como em 1856-60 e 1932-36. Caso o sentimento público em relação ao tema esteja dividido de forma equilibrada, mais de duas eleições presidenciais podem ser necessárias (Sundquist, 1983:317-318 Trad. T.O.).

A durabilidade do processo de realinhamento eleitoral é central para essa linha de estudo norte americana. Singer acredita ser possível verificar esse princípio em nossa história política recente. Para esse autor:

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjectura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza- com destaque para o combate à miséria- e para ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do "mensalão"<sup>21</sup>, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo... 2002 pode ser o marco inicial de fase prolongada no Brasil, como aconteceu nos EUA com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt... embora o processo de mudança tenha começado

---

<sup>21</sup> Escândalo político-midiático envolvendo o PT em 2005.

em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere ao bloco de Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006... é possível que tenha começado antes, com a lenta penetração do PT em camadas mais pobres do Nordeste desde 1989, enquanto o PSDB vinha se consolidando desde o seu próprio surgimento, em 1988, a condição de partido da classe média. Isso, aliás, seria compatível com o tipo de realinhamento que V.O. Key, Jr. chama de "secular".

Desta forma, essa premissa pode ser usada no estudo de um possível realinhamento eleitoral no Brasil.

**15. Depois da eleição crítica ou de eleições nas quais os eleitores fazem uma escolha clara sobre o tema que polarizou a nação, a polarização política dá lugar para a conciliação. Os partidos movem dos extremos em direção ao centro e a distância entre eles diminui.**

Assim que a questão crítica é resolvida, as pessoas se cansam do conflito e desejam paz no mundo da política (Sundquist, 1983:319 Trad. T.O.). Os partidos, claramente, tem interesse na exploração política dessa divisão e o fazem o quanto podem. O partido majoritário por estar na posição de domínio em razão de sua posição política frente à agenda política nacional e os políticos do partido minoritário por terem conquistado suas cadeiras localmente fazendo oposição ao posicionamento do partido oposto.

À medida que os partidos saem dos extremos, um ciclo é completado. Uma agenda política emergiu, polarizou o eleitorado, realinhou o sistema partidário, foi resolvida, e gastou sua força. Agora os partidos perderam o sentido de comprometimento moral que os energizava na crise realinhante. Eles se tornam cautelosos. A participação do eleitorado nos assuntos do partido decaía, os políticos amadores desaparecem e os profissionais ocupam o centro do partido, e a relação entre temas e clientelismo na construção partidária muda em favor do último. As pessoas voltam a falar, "Os partidos não se posicionam em relação a nada" e "Não há nenhuma diferença entre os partidos" (Sundquist, 1983:319-320 Trad. T.O.).

A passagem do tempo e a mudança geracional, como já destacamos, fazem com que os líderes políticos que exploram a divisão política aparentem ser cada vez mais

anacrônicos. Os instrumentos de mobilização política do último realinhamento não tem o mesmo apelo para as novas gerações.

Dessa forma, o princípio elencado, caso a tese do realinhamento eleitoral no governo Lula seja verdadeira, pode ser verificado. Rapidamente, como já demonstramos, no caso brasileiro, os partidos que se tornaram minoritário, PSDB-DEM, adotaram a agenda política emergente. Entretanto, como demonstramos, as mudanças na agenda política brasileira tendem a ser mais resultado de conciliação de interesses diversos e muitas vezes antagônicos do que propriamente resultado de um conflito ideológico. Deste modo, acreditamos que esse princípio teria pouco valor para a comprovação de um possível realinhamento eleitoral no Brasil.

**16. Entretanto, caso a agenda política emergente coincida com a clivagem partidária existente, ela fortalece a coesão partidária, aumenta a distância entre os partidos e reforça o alinhamento eleitoral existente.**

Não há necessidade de uma nova agenda política ser transversal. Ela pode nascer dentro da clivagem política existente. Neste caso, a coesão partidária e a distância entre os partidos aumentarão. Haverá um repolarização do eleitorado sem que haja uma transformação no sistema partidário. Os eleitores reforçaram seus laços com os partidos já existentes.

Outra vez, como a história política brasileira é marcada por breves períodos democráticos, não é admissível verificar a aplicabilidade desse princípio em nosso país. Não é possível também verificar a aplicabilidade desse princípio no realinhamento lulista por esse, para Singer, ter tido um corte transversal na clivagem eleitoral brasileira. Como já exposto, para Singer, o eleitorado deixou de se dividir a partir de prismas ideológicos- esquerda e direita- e passou a repartir entre "pobres" e "ricos".

Sendo assim, parece nos que a possibilidade de defesa da ocorrência de um realinhamento no Brasil, do ponto de vista teórico, é bastante frágil. Demonstramos que a verificabilidade de quase todos os princípios necessários para a identificação dos diferentes tipos de realinhamento eleitoral descritos por Sundquist não é possível em nossa trajetória política recente.

Continuando, se do ponto de vista teórico a defesa do uso da teoria do realinhamento eleitoral no Brasil como ferramenta interpretativa é frágil, dados empírico reunidos por outros autores também deslegitimam a aplicabilidade do realinhamento eleitoral em nosso território. Rennó e Cabello, com base em pesquisas *survey*, defendem que:

o fenômeno do lulismo, na realidade, é expressão do não alinhamento de uma parte significativa do eleitorado... Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho. Não encontramos evidências convincentes de um amplo realinhamento político, que se presume estável e implica em mudanças no eleitorado como argumenta Singer (2009)... A pesquisa confirmou que o lulista parece claramente não alinhado a posições ideológicas, partidárias ou lideranças políticas, baseando seu voto, em parte, no desempenho do governo... Votam no Lula porque consideram bom o desempenho do governo, a despeito da corrupção... A pergunta contra-factual que fica é, se um futuro governo liderado pelo PT e à sombra de Lula for mal e sofrer quedas em sua popularidade, esse alinhamento se mantém?" (Rennó, Cabello, 2010:52-53).

Parece nos, além disso, que a queda de popularidade da presidente Dilma, que teve importantes implicações para o cenário eleitoral das próximas eleições presidenciais, talvez seja um sinal do não alinhamento do chamado "eleitor lulista". Não podemos interpretar o sucesso eleitoral de Lula e sua capacidade de transferir esse capital político para sua sucessora como um realinhamento eleitoral. Mesmo os resultados de pesquisas eleitorais recentes, onde é possível perceber a manutenção de uma base de apoio robusta a candidatura de Dilma e sua consequente permanência no Palácio do Planalto, não podem ser vistos como indícios de um possível realinhamento<sup>22</sup>. Talvez, como propõe o sociólogo e presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra,

A imobilidade das candidaturas de oposição pode derivar da lamentável e tola campanha de descrédito do sistema político em curso, patrocinada pela mídia conservadora e seus heróis, alguns

---

<sup>22</sup> Ver <http://www.cartacapital.com.br/revista/801/as-particularidades-da-eleicao-8106.html>, <http://www.cartacapital.com.br/revista/804/rumo-a-polarizacao-4517.html> e <http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/2014/07/03/datafolha-mostra-dilma-de-volta-aos-38-e-indica-estabilidade/>

encastelados no Judiciário. Pode decorrer da desconfiança básica do eleitor popular em relação aos nomes oferecidos pela oposição. Pode derivar de uma parte do País estar em compasso de espera, aguardando os acontecimentos dos próximos dias, em particular a Copa do Mundo. A eleição deste ano é de fato estranha, a mais parada desde o fim da ditadura. Pela lógica, esse comportamento deve beneficiar quem representa a continuidade<sup>23</sup>.

Mais proveitoso seria formularmos respostas autóctones para nossas indagações. Reiteramos que o eleitor médio brasileiro escolhe um determinado candidato se acredita que o resultado daquela eleição específica lhe trará consequências positivas. Acreditamos, com isso, que a confiança do eleitor em determinado candidato está vinculada a sua interpretação do desempenho político e administrativo desse político e, por isso, mais sujeita à variações em decorrência de contingências políticas presentes.

Então, como Mayhew observou, além da própria validade dos cânones do realinhamento, devemos nos perguntar se o gênero facilita a interpretação da trajetória eleitoral americana e se é possível sua aplicação a realidade política brasileira.

### **A imensa complexidade do realinhamento eleitoral**

Em qualquer dos realinhamentos históricos do sistema partidário americano- mesmo no mais drástico- somente uma porção do eleitorado esteve envolvida na mudança de preferências (Sundquist, 1983:17 Trad. T.O.). Alguns autores, inclusive, acham que a continuidade no padrão de preferência partidária no período anterior e posterior ao realinhamento é mais impressionante que a mudança<sup>24</sup>.

Todo realinhamento do sistema partidário traz, então, grandes, talvez dominantes, elementos do equilíbrio anterior. Sucessivos realinhamentos podem ser mais bem entendidos como novos padrões desenhados em folhas transparentes que se empilham. Cada nova folha define um novo padrão de preferência partidária do eleitorado

---

<sup>23</sup> <http://www.cartacapital.com.br/revista/801/as-particularidades-da-eleicao-8106.html>

<sup>24</sup> Ver Clubb, Flanigan, and Zingale, *Partisan Realignment*, 68-69, 114-115, 119, 214.

(ou redefine um padrão antigo) e distribui alguns elementos da população votante em cada lado da linha de preferências (Sundquist, 1983:17 Trad. T.O.).

Apesar disso, não podemos deixar de lembrar que o realinhamento é definido por uma significativa realocação dos eleitores em cada um dos lados da linha de divisão partidária e não somente o estabelecimento da própria linha divisória. Afinal, todas as eleições apresentam mudanças na preferência eleitoral da população e não haveria motivo para se distinguir um tipo de eleição de outro.

O realinhamento não ocorre em uma única eleição crítica ou mesmo em uma série delas. É a soma de uma miríade de decisões individuais que são feitas em um determinado tempo. Muitas delas foram feitas antes da primeira eleição crítica, e outra ainda serão feitas depois da última. Para entender o realinhamento, devemos olhar para toda a trajetória da questão realinhante, da sua ascensão até o seu fim (Sundquist, 1983:318 Trad. T.O.).

## **2.2 ó A crítica ao realinhamento eleitoral e o realinhamento na contemporaneidade.**

O realinhamento, como iremos mostrar, não é uma linha de pesquisa unânime nem mesmo em seu berço estadunidense. Essa linha teórica de interpretação, na verdade, viveu seus dias de glória nos anos 60 e 70 do século passado. Seu sucesso se deve basicamente aos trabalhos de Key (1955), Schattschneider (1956), Sundquist (1983) e Burnham (1965), que propuseram as principais teses do gênero interpretativo. O trabalho desses autores causou grande impacto por combinar um conhecimento aguçado da história eleitoral norte americana com a habilidade de formular padrões generalizantes. O gênero já não tem o mesmo vigor desde os anos 80. Desde esse momento, severas críticas têm sido feitas sobre essa linha analítica<sup>25</sup>. Os historiadores

---

<sup>25</sup> Ver Allan J. Lichman, "The End of Realignment Theory? Toward a New Research Program for American Political History", *Historical Methods* 15 (1982), 170-88; Richard L. McCornick, "The Realignment Synthesis in American History", *Journal of Interdisciplinary History* 13 (1982), 85-105; Richard L. McCornick, "Walter Dean Burnham and 'The System of 1896'", *Social Science History* 10 (1986), 245-62; Peter H. Argersinger and John W. Jeffries, "American Electoral History: Party System and Voting Behavior", *Research in Micropolitics I* (1986), 1-33; Edward G. Carmines and James A. Stimson, *Issues Evolution: Race and transformation of American Politics* (Princeton: Princeton University Press,



Richard L. McComick e Joel H. Silbey, refletindo as sensibilidades de sua disciplina, propuseram uma periodização da história política americana que vai de encontro com aquela dos cânones do realinhamento... Entretanto, a perspectiva do realinhamento sobrevive, pelo menos na Ciência Política. (Mayhew, 2002:3 Trad. T.O.).

Sendo assim, Mayhew nos provoca.

Quão bom é o gênero analítico do realinhamento como guia para os últimos dois séculos de história eleitoral, partidária, e política dos Estados Unidos? Minha resposta: nem um pouco bom- seja na sua versão clássica ou contemporânea. Pior ainda, acredito que o gênero evoluiu de uma fonte de ideias vibrantes para um impedimento à compreensão (Mayhew, 2002:5 Trad. T.O.).

Então, além da própria validade dos cânones do realinhamento, devemos nos perguntar se o gênero facilita a interpretação da trajetória eleitoral americana. Não há nenhuma inovação em afirmar que as eleições não são iguais. O mesmo pode ser dito sobre a singularidade das eleições do período da guerra civil e do New Deal. Mayhew nos mostra que o principal problema do realinhamento é que ele deixou de ser relevante. Afinal, nenhum autor conseguiu demonstrar que houve um novo realinhamento desde 1932. Pelo menos nenhum realinhamento pode ser identificado dentro dos parâmetros clássicos da linha investigativa do realinhamento.

Mayhew procura desqualificar a linha de estudo do realinhamento a partir da análise de 15 dogmas que foram formulados tendo como base a análise da literatura relevante (Mayhew, 2002:12 Trad. T.O.). Isso teria sido possível porque todos eles são verificáveis empiricamente e porque apenas o último não tem um caráter universalista. Além disso, notamos que os quinze dogmas formulados por Mayhew são bastante próximos dos dezesseis princípios de Sundquist. Mayhew divide esses dogmas em cinco diferentes grupos. Os dogmas de um a quatro centram-se na ideia de que é possível identificar ciclos eleitorais. Os dogmas cinco ao sete descrevem processos que são necessários para o mapeamento do realinhamento eleitoral. Os dogmas oito ao dez

---

1989), 19-26; Everett Carll Ladd, "Like Waiting for Godot: The Uselessness of 'Realignment' for Understanding Change in Contemporary American Politics", ch.2 in Bryron E. Shafer (ed.), *The End of Realignment? Interpreting American Electoral Eras* (Madison: University of Wisconsin Press, 1991) apud Mayhew (2002), pg. 3.

focam na influência da agenda eleitoral sobre o eleitor. Os dogmas onze ao treze focam a influência das políticas públicas no processo do realinhamento. Os dogmas catorze e quinze não se encaixam em nenhum dos esquemas anteriores. Sua análise se ampara principalmente nos dados apresentados por Clubb, Flanigan, e Zingale em "Partisan Realignment" e no "Electoral Continuity and Change" de Bartels. Listaremos, agora, neste trabalho, os quinze dogmas individualmente, mas não os abordaremos separadamente.

- 1. Através do exame dos padrões de apoio partidário no decorrer do tempo, as eleições americanas podem ser diferenciadas em dois tipos- algumas realinhantes e a grande maioria não realinhante.**
- 2. Realinhamentos eleitorais acontecem de uma forma constante- ou seja, periódica.**
- 3. Primeiro motor: A dinâmica do crescimento da tensão causou a oscilação nos ciclos de realinhamento de aproximadamente trinta anos.**
- 4. Segundo motor: O fortalecimento e o enfraquecimento da identificação partidária causou a oscilação nos ciclos de realinhamento de aproximadamente trinta anos.**
- 5. A preocupação dos eleitores e o coeficiente eleitoral são geralmente altos nas eleições realinhantes.**
- 6. Realinhamentos são marcados por convenções presidenciais tumultuadas.**
- 7. Por uma razão ou outra, bons resultados para terceiros partidos costumam estimular, ou pelo menos acontecer pouco antes dos realinhamentos.**
- 8. Em uma eleição realinhante, uma nova agenda política substitui a antiga.**
- 9. Eleições em crises realinhantes são marcadas por pela polarização ideológica liderada pelos grupos dissidentes.**
- 10. Pelo menos com relação à Câmara de Representantes dos Estados Unidos, as eleições realinhantes são pautadas por temas nacionais e as não realinhantes por temas locais.**
- 11. O realinhamento eleitoral está associado a grandes mudanças nas políticas governamentais.**
- 12. O realinhamento eleitoral traz a tona um grande período de controle partidário unificado do governo- isso é, Câmara, Senado, e Presidência; tal períodos são precondições para as grandes inovações políticas.**

13. O realinhamento eleitoral está distintamente ligado com políticas redistributivas.
14. O eleitorado americano se expressa de forma eficiente e consciente durante o realinhamento eleitoral, mas não de outra forma.
15. Existiu um Sistema de 1896.<sup>26</sup>

Cada dogma do 1 ao 14 prevê que as eleições realinhantes tem maior chance de ter determinadas características. Depois de uma extensa discussão sobre como mensurar as diferentes características, Mayhew estima o valor de cada uma delas para as eleições presidenciais de 1840 até 1960 e usa esses valores para compara as eleições de 1860, 1896 e 1932- aquelas normalmente citadas como realinhantes, as quais chama de as "Grandes" com as outras. Em nenhum dos 14 dogmas as "Grandes" lideram todas as eleições, e apenas em três ou quatro (aumento da atividade de terceiros partidos, expressão efetiva da vontade dos eleitores, provavelmente um eleição nacionalizada da Câmara, e possivelmente o surgimento de novas agendas políticas) as "Grandes" tem valores significativamente altos (Berg, 2004:5 Trad. T.O.).

Ainda, pelo menos duas outras eleições, aquelas de 1876 e 1912, mostram tantas características realinhadoras quanto as "Grandes" e 1948 não está muito atrás (Mayhew, 2002:144-145). Mayhew usa essas duas eleições como exemplo de que as eleições classicamente chamadas de realinhantes, e que se encaixam na periodicidade de mais ou menos trinta anos, não são mais importantes do que várias eleições que não se encaixam nesse padrão.

O dogma 15 trata especificamente do chamado "Sistema de 1896" cunhado por Walter Dean Burnham e propugnado também por Elmer Eric Schattschneider. Mayhew, após destrinchar as quatro afirmativas feitas por Burnham e Schattschneider, elenca os diversos problemas do "Sistema de 1896", e sua tentativa de transformar essa eleição em um período realinhante. Primeiro, ele afirma que o final do século XIX e o início do XX foram um período de prosperidade nos Estados Unidos. Não haveria de se aceitar, então, que a elite burguesa estadunidense precisasse se "isolar" das "pressões populares" por meio do "Sistema de 1896". Além disso, esse período não foi de hegemonia

---

<sup>26</sup> Tradução T.O.

republicana, afinal os democratas conquistaram a presidência em 1912 e de lá só saíram oito anos depois, provavelmente por influência da guerra.

Segundo, apesar de reconhecer que a competição partidária em nível estadual deu lugar para um universo de dominância partidária, dos republicanos no norte e dos democratas no sul, neste momento, Mayhew nega a tese de Schattschneider que "um partido tende fortemente a conferir poder político nas mãos das pessoas que já tem poder econômico" (Schattschneider, 1956:202 apud Mayhew 2002:134 Trad. T.O.), argumentando que a literatura de política estadual comparativa dos anos 1960 não encontrou tal relação, e chama atenção para os governos municipais de Nova York e São Francisco, entre outros, que criaram programas substanciais de assistência social quando eram dominados por apenas um partido (Berg, 2004:6 Trad. T.O.). "Qualquer que seja a balança de identificação partidária, cada estado ou cidade tem um eleitor médio que comumente precisa que suas necessidades sejam de alguma forma atendidas pelo seu próprio governo. O mesmo acontece com o país como um todo (Mayhew, 2002:135-136 Trad. T.O.).

Terceiro, Mayhew defende que o declínio do coeficiente eleitoral se deu por razões diversas aquelas apontadas pelo "Sistema de 1896". No norte, uma onda de reformas aumentou os requisitos para o registro eleitoral, e no sul a exclusão dos afro-americanos do processo eleitoral, acompanhada da exclusão dos brancos pobres e sem educação formal, diminuiu drasticamente o coeficiente eleitoral. Esse processo, todavia, começou antes de 1896.

Por fim, Mayhew não aceita a tese de Burnham que a decadência do partido socialista estadunidense foi resultado do "Sistema de 1896".

Ele aponta que em 1912 o partido socialista estadunidense tão grande e bem sucedido quanto qualquer outro partido socialista, com exceção do alemão. As causas para o subsequente declínio dos socialistas deve, então, ser buscado em outro lugar; na opinião de Mayhew, elas podem ser encontradas na impopular oposição que o partido socialista estadunidense fez à política de guerra de seu próprio governo, oposição não compartilhada por socialistas na França e Alemanha, que continuaram a crescer no pós-guerra (Berg, 2004:7 Trad. T.O.).

Mayhew, ainda, destaca que

para Schattschneider, Burnham, em boa medida Sundquist, e comumente Key... a história política americana tem sido um contínuo jogo de soma zero entre, de um lado, uma ambiciosa e arrogante classe empresarial e, do outro lado, uma coalizão de fazendeiros e trabalhadores de menor renda inclinados a conter as tendências mercantilistas ou capitalistas (Mayhew, 2002:153-154 Trad. T.O.).

Entretanto, Mayhew argumenta,

outras histórias também podem ser contadas. De fato, A história eleitoral americana é um vagão comum de histórias... tais histórias devem incluir, mas não se limitar a, a belicosidade, a raça e o crescimento econômico fatores que, na visão de Mayhew, explicam as eleições tão bem quanto o conflito de classe (Mayhew, 2002:156-160 Trad. T.O.).

Apesar da contundente crítica de Mayhew, não podemos ignorar o fato que algumas eleições têm efeitos sobre a identificação partidária que perduram no tempo. Sendo assim, para o autor, há de fato algo que podemos chamar de realinhamento eleitoral. Ainda, aceitando a realidade desse fenômeno, devemos procurar indícios que possam diferenciá-lo. O realinhamento eleitoral deve ter causas próprias. Como nos alertou Berg, já consciente dos alertas feitos por Mayhew,

podem existir múltiplas causas para o realinhamento, e de grandes mudanças políticas, e essas causas podem não causar realinhamentos de uma forma fixa, em intervalos recorrentes; mesmo assim, causas similares tendem a produzir resultados parecidos. Precisamos estudar o que são essas causas (Berg, 2004:10 Trad. T.O.).

Por fim, aceitando que o realinhamento existe e que ele tem causas, devemos nos perguntar qual é seu efeito. Parece-nos óbvio que o resultado de uma mudança na preferência partidária tenha implicações para a distribuição de poder entre os diferentes setores sociais. Afinal, o que realmente está em jogo no realinhamento são quais

interesses são incluídos na coalizão governante e quais são deixados de lado (Berg, 2004:10 Trad. T.O.).

Animado pelas observações de Mayhew, Berg propõe uma reformulação da linha de estudo do realinhamento. Berg procurou congregiar elementos clássicos da teoria, que para ele não foram refutados por Mayhew, com algumas ressalvas destacadas pelo mesmo autor. Ele divide sua proposta em cinco pontos.

- 1- Eleições são uma forma (apesar de não ser a única forma) na qual as lutas sociais são registradas. É no processo de conquista e manutenção do poder político que a coalizão de interesses se forma, trabalha por seus próprios interesses, e consolida suas vitórias. Isso acontece em toda eleição; a eleição crítica é o ponto de virada... Apesar de tais eleições não serem a causa básica para as mudanças sociais, eleições críticas podem servir como gatilho para tais mudanças.**
- 2- As forças que contribuem para a mudança na balança de poder podem incluir setores que previamente faziam parte da coligação dominante e sempre incluirá protestos de massa por parte daqueles até então excluídos ou marginalizados.**
- 3- As forças políticas e sociais que produzem uma eleição crítica são provavelmente geradas por fatores econômicos.**
- 4- Partidos menores são uma forma na qual uma insurreição popular pode se juntar.**
- 5- Eleições críticas mudam a balança de poder social, e como tal causam importantes mudanças políticas.<sup>27</sup>**

A reformulação da linha de pesquisa do realinhamento a partir dos cinco princípios formulados por Berg, de fato, revigora e torna, teoricamente, sua utilização mais factível. Entretanto, isso ocorre, ao nosso ver, por meio de uma diluição excessiva dos fundamentos dessa teoria. Seria necessário, dessa maneira, a utilização de diversas ferramentas interpretativas complementares para a formulação de um quadro analítico coerente. Caso tivéssemos escolhido adotar a proposta de interpretação do fenômeno do realinhamento eleitoral do Berg, teríamos sido melhor sucedidos. De fato, somente o quarto ponto proposto por esse autor não poderia ser visualizado em nosso panorama político. Não adotamos os cinco pontos propostos por Berg, porém, por acreditarmos

---

<sup>27</sup> Tradução T.O.

que eles eram demasiadamente amplos e genéricos dificultando, assim, a diferenciação de mudanças políticas comum ao jogo democrático de mudanças estruturantes que devem caracterizar o realinhamento eleitoral.

### **3 - Conclusão:**

Procuramos neste trabalho discorrer sobre o vigor teórico da linha interpretativa do realinhamento eleitoral e sua aplicabilidade ao panorama político brasileiro. Sendo o realinhamento eleitoral entendido como redirecionamentos fundamentais e duradouros nas preferências políticas do eleitorado. São naturais as variações na divisão das preferências políticas do eleitorado em qualquer democracia funcional. Tal variação tem implicações para o resultado de todas as eleições, sempre ocorrendo mudanças na alocação de votos entre os partidos. Em decorrência disso, a identificação de determinados padrões recorrentes em todas eleições onde ocorreu uma mudança significativa na alocação das preferências partidárias do eleitorado é fundamental para a viabilidade da linha de pesquisa estadunidense estudada por nós. Essa foi a proposta teórica que inaugurou a perspectiva analítica do realinhamento eleitoral. "A ideia de que as eleições presidências estadunidenses são divididas em duas categorias: umas poucas que são eleições críticas, na terminologia de Key, e a grande maioria que não é" (Sundquist, 1983:7-8 Trad. T.O.). Dessa maneira, eleições críticas podem ser definidas como:

Aqueles onde os eleitores, pelo menos a partir de evidências impressionistas, preocupados de forma atípica, na qual há um envolvimento eleitoral relativamente grande, e na qual os resultados finais das eleições revelam uma grande alteração na clivagem eleitoral pré-existente (Key,1955:3 Trad. T.O.).

Portanto, a durabilidade, característica inaugural, independente do debate existente dentro da corrente teórica e das inovações propostas a linha interpretativa posteriormente, reiteramos, é central para a validade da teoria do realinhamento eleitoral. Além disso, os outros princípios elencados por Sundquist são, em maior ou menor grau, derivados dessa tese básica.

Todavia, como distinguir as "eleições críticas", "onde o realinhamento que se manifesta nas votações nessas eleições parece persistir por várias eleições sucessivas", da variação natural na simpatia do eleitorado frente aos diversos partidos e das "eleições desviantes", onde as mudanças na alocação das preferências do eleitorado também é expressiva, mas seus efeitos não se entendem no decorrer das eleições subsequentes? Afinal, sem a noção de durabilidade o conceito iria desaparecer por inteiro. Aqueles que analisam o alinhamento e realinhamento investigam o que vai além dos imediatos e transitórios altos e baixos da política cotidiana e das eleições periódicas para descobrir mudanças fundamentais na estrutura do sistema partidário (Sundquist, 1983:4 Trad. T.O.). Identificamos na crítica proposta por Mayhew uma resposta adequada. O autor assevera que não há nenhuma inovação em afirmar que as eleições não são iguais e, como demonstramos, aponta que diversos padrões identificados entre as "3 grandes" eleições clássicas do realinhamento eleitoral não tem embasamento empírico. Além disso, muitas vezes, essas eleições apresentam características mais semelhantes às aquelas consideradas "normais".

Acreditamos, após a exposição feita neste trabalho, termos demonstrado as diversas fragilidades metodológicas da teoria do realinhamento eleitoral. Os dezesseis princípios elencados por Sundquist congregam de forma adequada todos os elementos interpretativos e contribuições feitas pelos diferentes teóricos do realinhamento eleitoral até o início do século XXI. Aceitamos como válidas as críticas apontadas por Mayhew. Expomos o frágil arcabouço teórico e empírico que legitimava características essenciais da teoria do realinhamento, destacando a durabilidade, a identificação de ciclos eleitorais e a influência da agenda política sobre o eleitor. É perceptível, de maneira impressionista, a existência de mudanças na distribuição entre as preferências partidárias em algumas eleições que se estendem ao longo do tempo, mas não devemos, porém, chamá-las necessariamente de realinhamento eleitoral. Não devemos fazê-lo porque esse termo está impregnado por elementos que já demonstramos falso. Além disso, demonstramos que isso só é possível, ainda que de maneira bastante frágil, ser identificado no ciclo eleitoral da Guerra Civil dos Estados Unidos e do New Deal. Dessa forma, apesar da tentativa de reformulação da linha teórica feita por Berg, acreditamos que há mais empecilhos do que benefícios na utilização da teoria do realinhamento como instrumento interpretativo. A teoria do realinhamento, cremos, não é um instrumento eficaz de interpretação da trajetória política estadunidense.



Todavia, independente disso, procuramos testar a aplicabilidade dos dezesseis princípios de Sundquist ao panorama político brasileiro. Demonstramos que a verificabilidade de quase todos os princípios necessários para a identificação dos diferentes tipos de realinhamento eleitoral descritos por Sundquist não é possível em nossa trajetória política recente. Sendo assim, parece-nos que a possibilidade de defesa da ocorrência de um realinhamento no Brasil, do ponto de vista teórico, é bastante frágil. Entretanto, gostaríamos de salientar outra vez que, caso tivéssemos escolhido adotar a proposta de interpretação do fenômeno do realinhamento eleitoral de Berg, teríamos sido melhor sucedidos. De fato, somente o quarto ponto proposto por esse autor não poderia ser visualizado em nosso panorama político. Como já exposto, não adotamos os cinco pontos propostos por Berg, porém, por acreditarmos que eles eram demasiadamente amplos e genéricos dificultariam a diferenciação de mudanças políticas comum ao jogo democrático daquelas mudanças estruturantes que devem caracterizar o realinhamento eleitoral.

Continuando, salientamos novamente que, se além do ponto de vista teórico, a defesa do uso da teoria do realinhamento eleitoral no Brasil como ferramenta interpretativa é frágil, dados empírico reunidos também deslegitimam a aplicabilidade do realinhamento eleitoral em nosso território. Rennó e Cabello, com base em pesquisas *survey*, defendem que:

o fenômeno do lulismo, na realidade, é expressão do não alinhamento de uma parte significativa do eleitorado... Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho. Não encontramos evidências convincentes de um amplo realinhamento político, que se presume estável e implica em mudanças no eleitorado como argumenta Singer (2009)... A pesquisa confirmou que o lulista parece claramente não alinhado a posições ideológicas, partidárias ou lideranças políticas, baseando seu voto, em parte, no desempenho do governo... Votam no Lula porque consideram bom o desempenho do governo, a despeito da corrupção... A pergunta contra-factual que fica é, se um futuro governo liderado pelo PT e à sombra de Lula for mal e sofrer quedas em sua popularidade, esse alinhamento se mantém?" (Rennó, Cabello, 2010:52-53).

Dessa maneira, não podemos interpretar de maneira mecânica que o sucesso eleitoral de Lula e sua capacidade de transferir esse capital político para sua sucessora como um

realinhamento eleitoral. Mais proveitoso seria formularmos respostas autóctones para nossa indagações.

Então, como Mayhew observou, além da própria validade dos cânones do realinhamento, devemos nos perguntar se o gênero facilita a interpretação da trajetória eleitoral americana. Além disso, o principal problema do realinhamento é que ele deixou de ser relevante. Afinal, nenhum autor conseguiu demonstrar que houve um novo realinhamento desde 1932. Pelo menos nenhum realinhamento pode ser identificado dentro dos parâmetros clássicos da linha investigativa do realinhamento. Como, então, seria possível nós adotarmos um linha interpretativa formulada a partir da singular trajetória democrática estadunidense? Ainda mais uma linha teórica que desde os anos 80 do século passado enfrenta crescentes críticas? Na América do Norte, a partir de um determinado momento, a linha de estudo do realinhamento mais enubrecia do que clareava as perguntas a ela feitas. Em razão desse fato, Mayhew defendia seu total abandono. A teoria do realinhamento, no caso brasileiro, parece que não chegará sequer a render algum fruto. Nossa estrutura e trajetória política é muito diferente da estadunidense. Seu berço não lhe serve mais e aqui em nossas terras não há de encontrar uma proveitosa morada. Enfim, não será possível interpretar a história política brasileira recente a partir do prisma do realinhamento eleitoral por essa teoria ser "demasiadamente escorregadia, binária, apocalíptica, e ter se tornado peso morto"(Mayhew, 2002:165).

## **Bibliografia:**

ALDRICH, John H. *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

BERG, John C. *Marxism and the Study of U.S. Political Institutions*. Boston: Suffolk University, 2000.

----- *The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now?* Boston, US: Suffolk University/Rothermere American Institute, 2004.

KEY, Valdimer Orlando, Jr. *A Theory of Critical Elections*. *Journal of Politics*, vol.17, 1955.

MAYHEW, David R. *Electoral realignments: a Critique of an American Genre*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.

NERI, Marcelo Cortês. *A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

RENNÓ, Lúcio. CABELLO, Andrea. *As bases do Lulismo. A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?* RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

SANTOS, Wanderley G. *Horizonte do Desejo*. São Paulo: Editora FGV, 2008.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar Editores/Editora Universidade de Brasília, 1982.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SUNDQUIST, James L. *Dynamics of the party system - Alignment and Realignment of Political Parties in the United States*. Washington, US: The Brookings Institution, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. "O Estado Novo do PT", no sítio Gramsci e o Brasil. Consultado em <[acesa.com/gramsci](http://www.gramsci.org.br/pt)>, 12/05/2014.

BURKE, Edmund. *Thoughts on the Cause of Present Discontents* in Works. Boston, US: Little Brown, 1971.

## Sites de Internet

[<acessa.com/gramsci/>](http://www.acessa.com/gramsci/)

<http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/2014/07/03/datafolha-mostra-dilma-de-volta-aos-38-e-indica-estabilidade/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1009201027.htm>

<http://www.cartacapital.com.br/revista/801/as-particularidades-da-eleicao-8106.html>

<http://www.cartacapital.com.br/revista/804/rumo-a-polarizacao-4517.html>

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140521141652&cat=politica&keys=-paraiba-eduardo-campos-mira-artilharia-dilma-detona-terrorismo-plantado-sobre-fim-bolsa-familia>

<http://www.tse.jus.br>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-05-16/defendido-por-aecio-neves-bolsa-familia-ja-foi-taxado-de-bolsa-esmola-pelo-psdb.html>

